

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Marina Klöppel Guedes

**INOVAÇÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS: O**  
caso do programa Capital Humano e Social da EPAGRI na cidade de Correia Pinto

Florianópolis

2022

Marina Klöppel Guedes

**INOVAÇÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS: O**  
caso do programa Capital Humano e Social da EPAGRI na cidade de Correia Pinto

Trabalho de Curso apresentado à disciplina CAD 7305 como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Enfoque: Monográfico

Área de concentração: Administração Geral

Orientador (a): Prof. Dra. Rebeca de Moraes Ribeiro de Barcellos

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Klöppel Guedes, Marina  
INOVAÇÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO DE MULHERES  
AGRICULTORAS : O caso do programa Capital Humano e Social  
da EPAGRI na cidade de Correia Pinto / Marina Klöppel  
Guedes ; orientadora, Rebeca de Moraes Ribeiro de  
Barcellos, 2022.  
64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Administração, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Agricultura; Inovação social;  
Empoderamento feminino; Mulher.. I. de Moraes Ribeiro de  
Barcellos, Rebeca. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em Administração. III. Título.

**INOVAÇÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS: O**  
caso do programa Capital Humano e Social da EPAGRI na cidade de Correia Pinto

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria Trabalho de Curso do Departamento de ciências da Administração do Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 22 de Julho de 2022.

---

Prof. Dr. Raphael Schlickmann  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dra. Rebeca de Moraes Ribeiro de Barcellos  
Orientadora  
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Joana Stelzer  
Avaliadora  
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Joana Stelzer  
Avaliadora  
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todas as mulheres agricultoras, que promovem segurança alimentar as suas famílias, promovem a proteção da biodiversidade e lutam diariamente para terem espaços e direitos iguais.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à UFSC por ser uma instituição de ensino universal, gratuita e de qualidade, que é a base de nossa vida profissional e pessoal.

Em seguida, minha orientadora, Pr. Dr. Rebeca de Moraes Ribeiro de Barcellos por toda a ajuda, profissionalismo e extrema didática que sempre me auxiliou e me guiou com grande maestria durante todo o processo de produção e escrita da obra.

Quero agradecer às agricultoras que abriram as portas de suas casas, me receberam com um sorriso no rosto, essencialmente me ajudaram a conduzir a pesquisa e contribuíram com a realização da mesma.

Eu, Marina Klöppel Guedes, gostaria de agradecer a todos os professores do curso de administração, que sempre tiveram a gentileza de compartilhar seus conhecimentos e contribuir para que este trabalho fosse possível hoje.

Agradeço a todos meus amigos que tiveram papel importante e me apoiaram até aqui, com vocês criei várias memórias que ficaram grandes para sempre no meu coração, assim como as experiências de crescimentos que tivemos juntos em todo esse período. Agradeço especialmente os meus amigos Ingrid, Martina, Terezinha, Matheus e Rafael.

Por fim, gostaria de agradecer à minha mãe, Angela Maria Klöppel, que esteve ativamente envolvida em meu processo de graduação e pesquisa para este estudo, me ajudou a alcançar as mulheres agricultoras e me ajudou a contextualizar o projeto. Sendo responsável pela promoção e o apoio que me fez chegar até aqui, trazendo toda a estabilidade necessária.

## RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar o projeto da Epagri a partir da perspectiva da Inovação Social e compreender seus impactos para o empoderamento de mulheres no meio rural. Têm-se como objetivos específicos: Descrever o programa de capital humano social ministrado pela EPAGRI e caracterizá-lo como uma inovação social; conhecer a história de vida de mulheres que participam do programa; e, Analisar como o programa Capital Humano/EPAGRI contribui para o empoderamento de mulheres agricultoras nas tomadas de decisões tomadas no âmbito social, na sua própria propriedade e dentro do contexto familiar. Metodologicamente, o trabalho se utilizou de pesquisa desenvolvida de forma qualitativa, descritiva, bibliográfica, entrevista semiestruturada e estudo de caso. Concluiu-se que o programa de Capital Humano Social ministrado pela EPAGRI é caracterizando como inovação social, uma vez que promove e amplia oportunidades para que as comunidades rurais melhorem e exercitem a autoconfiança, a cogestão e a cidadania. O mesmo contribui para o empoderamento de mulheres agricultoras nas tomadas de decisões na propriedade e convívio familiar. Percebe-se que as mulheres através do conhecimento que adquirem nas oficinas e cursos, fazem com que se sintam livres, felizes, com mais conhecimento e empoderadas. A Epagri gera empoderamento, alcançado por meio de uma série de atividades e encontros que as extensionistas promovem, tanto dentro da propriedade dessas mulheres quanto em oficinas das quais elas tem encontros e compartilham suas histórias entre as agricultoras, qualificando assim essas atividades como inovação social.

**Palavras-chave:** Agricultura; Inovação social; Empoderamento feminino; Mulher.

## ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the Epagri project from the perspective of Social Innovation and to understand its impacts on the empowerment of women in rural areas. The specific objectives are: To describe the social human capital program provided by EPAGRI and characterize it as a social innovation; to describe the life-history of women who participate in the program; and, as much as the Social Human Capital/EPAGRI program contributes to the empowerment of rural women in the decisions taken in the social sphere, on their own property and within the family context. Methodologically, the monograph used qualitative, descriptive research, bibliographic study, semi-structured interviews and a case study. It was concluded that the human capital program administered by EPAGRI is characterized a social innovation, as it promotes and increases opportunities for the rural communities, and increases the participants' self-confidence, co-management and citizenship. The same contributes to the empowerment of rural women in decision-making on the property and the family context. It is noticed that women, through the knowledge they acquire in workshops and courses, improves their feeling of freedom, happiness, since they learn new things, improve their knowledge and empowerment. The conclusion is that Epagri generates empowerment and it achieves through a series of activities and meetings that the extension worker promotes, both within these women's property and in workshops where they meet and share their stories among the farmers, thus qualifying these activities as social innovation.

**Keywords:** Agriculture; Social innovation; Female empowerment; Women.

## FIGURAS

FIGURA 1 - PARTICIPAÇÃO FEMININA ENTRE OS TRABALHADORES FORMAIS DO SETOR AGROPECUÁRIO NOS ESTADOS BRASILEIROS (2018).....	21
FIGURA 2 - CHARGE DESIGUALDADE DE GÊNERO .....	26

**QUADROS**

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS DA INOVAÇÃO SOCIAL .....	24
QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS DO EMPODERAMENTO FEMININO.....	31
QUADRO 3 – PERGUNTAS PARA A EXTENSIONISTA .....	35
QUADRO 4 – PERGUNTA REALIZADA PARA AS AGRICULTORAS .....	36
QUADRO 5 - ETAPAS DA INOVAÇÃO SOCIAL ASSOCIADAS AOS MÉTODOS USADOS PELA EXTENSIONISTA DO PROGRAMA .....	44

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1. OBJETIVOS .....	14
1.1.1. <b>Objetivo Geral</b> .....	14
1.1.2. <b>Objetivos Específicos</b> .....	14
1.2. JUSTIFICATIVA .....	15
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	16
2.1. A MULHER AGRICULTORA E SEU CONTEXTO NO BRASIL.....	16
2.2. INOVAÇÃO SOCIAL .....	21
2.3. EMPODERAMENTO FEMININO.....	24
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	32
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	32
3.2. PROCEDIMENTO DE PESQUISA .....	33
3.3. ANÁLISE DE DADOS.....	39
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	39
4.1. CARACTERIZANDO O PROJETO CAPITAL HUMANO DA EPAGRI COMO INOVAÇÃO SOCIAL .....	40
4.2. O PROGRAMA CAPITAL HUMANO E O EMPODERAMENTO FEMININO: AS VOZES DAS AGRICULTORAS.....	45
4.2.1. <b>Conhecimento no Curso</b> .....	46
4.2.2. <b>Contato Individual na Propriedade</b> .....	48
4.2.3. <b>Relações Familiares</b> .....	50
4.2.4. <b>Aspectos Financeiros</b> .....	51
4.2.5. <b>Integração Social</b> .....	53
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	60

## 1. INTRODUÇÃO

O debate sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento social se estruturou nos últimos 40 anos. O desenvolvimento rural sustentável requer o dinamismo e o uso produtivo do meio rural brasileiro aliados à preservação do patrimônio ecológico e sociocultural, objetivando beneficiar todos os segmentos rurais e urbanos da sociedade; especialmente os municípios e as regiões que dependem do mecanismo da economia rural. Garantir a segurança alimentar e nutricional, e a conservação da biodiversidade por meio da agricultura familiar é de interesse e benefício da sociedade como um todo, pois assim, ela pode usufruir de alimentos de qualidade e variados e ambientes naturais protegidos.

Com este cenário e com intuito de melhoria na qualidade de vida dos agricultores do interior de Santa Catarina, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, desenvolve o programa Capital Humano e Social, pelo qual busca mudar a realidade da agricultura familiar por meio de iniciativas de inovação social.

A Epagri é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca do estado de Santa Catarina. É prestadora de serviço público, não exploradora de atividade econômica, que atua principalmente na área de educação profissional e tecnológica, pesquisa, assistência técnica e extensão rural e pesqueira.

O objetivo do programa Capital Humano e Social é fortalecer conhecimentos, habilidades e atitudes dos agricultores familiares e pescadores artesanais, voltados à cooperação e à solidariedade, contribuindo para o protagonismo e o empoderamento de suas organizações. Com atributos da Inovação Social a organização efetua essas atividades.

Conforme Cajaiba-Santana (2014), Inovação Social é o resultado de uma mudança social e, geralmente, é administrada por um agente social. Ao contrário das inovações tecnológicas, cujo impacto é mais comum em uma determinada empresa ou indústria, as inovações sociais sempre visam mudanças coletivas na sociedade; ou seja, uma iniciativa de caráter coletivo que cria e se empenha por repercussões nas relações sociais, pois a inovação social foge à ordem estabelecida, é uma nova forma de pensar e agir, uma mudança social qualitativa no coletivo, uma nova alternativa ou mesmo uma ruptura com o método convencional.

Para Medeiros *et al.* (2016), a inovação social é utilizada como meio de compreender as raízes dos problemas sociais, procurando atuar na essência dos problemas com soluções eficazes que contribuam para o desenvolvimento social e regional. Afirma ainda que a Inovação Social é uma alternativa para resolver ou amenizar problemas sociais e para a crescente preocupação com as desigualdades, de vários tipos como, por exemplo, a desigualdade de gênero.

Conforme pesquisa feita pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FOA), em muitas culturas as mulheres são as responsáveis pela alimentação de toda a família, são os atores chave para os repositórios de conhecimentos ancestrais sobre nutrição e saúde. Conforme pesquisa feita pelo FOA no Brasil, as mulheres representam 45% da força de trabalho agrícola em países em desenvolvimento.

As mulheres são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos, representando um papel importante na preservação da biodiversidade, garantindo a segurança alimentar por meio da produção de alimentos saudáveis. Não apenas detém o conhecimento, mas também os transmite para as novas gerações.

Mesmo com o fato de as atividades diferenciarem conforme a região ou país, indiferentemente da localização, o acesso das mulheres a recursos financeiros e participação nas tomadas de decisões políticas e socioeconômicas é menor do que o dos homens. No entanto, o movimento feminista vem conquistando e já conquistou diversos avanços, sendo visível a evolução no empoderamento das mulheres ultimamente (TORREÃO, 2007).

Nas últimas décadas, a mulher vem ocupando maior espaço na política, nas grandes corporações, na educação e em muitas outras áreas, fazendo com que o empoderamento feminino seja “um tema atual, na academia, na mídia e em tantos outros espaços na sociedade. As questões concernentes ao empoderamento feminino se ampliam à medida que a mulher é mais e mais considerada como protagonista social na história” (MICHELS, 2018, p. 36).

Para Simon (2015), em sua pesquisa sobre empoderamento feminino e economia social, as mulheres, na construção de sua história de empoderamento, têm uma trajetória de autonomia em atividades automotivadas, que se consolida nos espaços coletivo, que amplie a capacidade crítica, em que tem vez e voz, e assim se consolida como indivíduo crítico e analítico.

Nos estudos de Maguirre, Camacho e la Torre (2016) sobre empoderamento feminino por meio de inovação social em empresas sociais indígenas diz que evidências sugerem que uma cultura dominada por homens na comunidade indígena inicialmente impediu o empoderamento democrático e político das mulheres, mas a inovação social focada no desenvolvimento de novos mecanismos participativos está mudando essa situação.

O empoderamento feminino busca a valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda; já a inovação social promove “satisfação das necessidades não atendidas pelo mercado ou pelo Estado, promovendo um maior grau de inclusão social, de empoderamento dos indivíduos e de autonomia” (MICHELS, 2018, p. 68).

Assim, considerando a importância da Inovação Social para promover o empoderamento feminino, este estudo tem a intenção de responder a pergunta: **Como o projeto Capital Humano e Social da EPAGRI promove o empoderamento de mulheres agricultoras no meio rural por meio de Inovação Social?**

O objetivo deste estudo é analisar o projeto da Epagri a partir da perspectiva da Inovação Social e compreender seus impactos para o empoderamento de mulheres no meio rural.

A pesquisa será desenvolvida de forma qualitativa, utilizando como técnica de pesquisa estudo de caso

## 1.1. OBJETIVOS

### 1.1.1. Objetivo Geral

Compreender como o projeto de inovação social de Capital Humano da EPAGRI contribui para o empoderamento da mulher agricultora.

### 1.1.2. Objetivos Específicos

- Descrever o programa de capital humano ministrado pela EPAGRI e caracterizá-lo como uma inovação social
- Conhecer a história de vida de mulheres que participam do programa;

- Analisar como o programa Capital Humano/EPAGRI contribui para o empoderamento de mulheres agricultoras nas tomadas de decisões tanto no convívio social quanto convívio familiar.

## 1.2. JUSTIFICATIVA

Conforme pesquisas feitas para o presente estudo, dentre eles Alves e Oliveira (2020), Amaral (2019), Brumer e Dos Anjos (2008), Hanzen (2021) e Meus e Ethur (2021), percebe-se a falta de estudos vinculados com inovação social e empoderamento feminino como assuntos complementares, principalmente no Brasil.

Há evidências de estudos que conectam o empoderamento feminino à economia social e solidária, no entanto não foi encontrado estudos que ligam diretamente inovação social ao empoderamento feminino no Brasil.

Em livretos sobre estatísticas de gênero divulgados por órgãos federais como, por exemplo, “Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil”, há pouca ou nenhuma informação de diferenciação demográfica nas pesquisas sobre gênero entre mulheres urbanas e rurais, o que mostra a invisibilização da mulher rural na maioria dos estudos sobre gênero, descartando a necessidade de ressaltar a diferença da realidade entre a mulher urbana e a mulher rural.

Assim, consideramos importante estudar um projeto que, além da assistência técnica à mulher, visa dar suporte às questões sociais que envolvem a equidade de gênero, saúde da mulher, independência financeira, melhora da qualidade de vida e poder de compra. Busca também fomentar a participação da mulher na tomada de decisão da família, gerando solidariedade, protagonismo e empoderamento dessas mulheres rurais.

Entende-se que a mulher deve ser mais participativa nas tomadas de decisões nos níveis familiar e sociais, alavancando sua participação nas tomadas de decisão dentro da propriedade, nas comunidades rurais e em todos os seus espaços como cidadã, uma vez que a pouca participação como um membro ativo do âmbito político traz sérias consequências nos direitos revogados por essas mulheres.

Este trabalho contribui para a extensão da literatura de inovação social a partir de uma perspectiva de gênero, explorando os mecanismos que permite que as mulheres tenham sucesso em comunidades rurais e melhorando a sua capacidade de decisão e liberdade de escolha.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo descreve o aporte teórico utilizado no desenvolvimento da monografia de modo servir como insumo para compreensão dos assuntos: A mulher na agricultura e seu contexto no Brasil; Inovação Social e Empoderamento Feminino.

### 2.1. A MULHER AGRICULTORA E SEU CONTEXTO NO BRASIL

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, a maioria da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. Já, 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. Dessas, 52% da população rural são homens e 48% mulheres de todas as idades. Quanto à comparação entre mulheres urbanas e rurais, segundo pesquisa realizada pelo IBGE/PNAD em 2015, 85% das mulheres são urbanas e 14,17% são rurais (IBGE, 2021).

As mulheres desempenham relevante papel na agricultura em todo o mundo, mormente nos países em desenvolvimento, onde 43% da força de trabalho agrícola é feminina. No Brasil, a participação das mulheres nas atividades agropecuárias teve uma queda de 24,5%, em 2004, para 19,6%, em 2015. Nas atividades agropecuárias, teve-se maior demanda de mão de obra feminina, em 2015, concentrando na hortifruticultura (18,8%), na avicultura (12,2%), na produção de grãos (10,6%) e na bovinocultura (9,7%). Define-se serem atividades tradicionalmente relacionadas à menor exigência de força física, o que estimula a contratação de mulheres para tais funções (VEDANA *et al.*, 2022).

No Censo Agropecuário de 2017, o IBGE identificou 947 mil mulheres responsáveis pela gestão da propriedade rural, de um universo de 5,07 milhões. A maioria está no Nordeste (57%), seguido pelo Sudeste (14%), Norte (12%), Sul (11%) e Centro-Oeste, que tem apenas 6% de mulheres líderes. Os dados foram coletados por meio de um trabalho conjunto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Embrapa e IBGE em mandado assinado entre as três instituições no âmbito do programa Agro Maize Mulher (EMBRAPA, 2020).

Apesar dos dados mostrarem a grande participação feminina no trabalho de campo, pesquisas mostram que uma pequena parte desse público recebe treinamento adequado para realizar as tarefas. Estudos também indicam que apenas 9,6% das mulheres recebem informações técnicas por meio de reuniões ou seminários

profissionais, contra 14,3% dos homens. Quanto à participação em atividades associativas como cooperativas, apenas 5,3% são cooperados, enquanto 12,8% dos homens participam de algum tipo de associação.

A agricultura familiar no Brasil representa um percentual próximo a 10% do PIB agrícola, quase 40% do valor bruto da produção de alimentos, contribuindo com mais de 70% no emprego de mão-de-obra no meio rural. Além da discrepância de treinamento técnico entre homens e mulheres trabalhadores da zona rural, há também uma porcentagem relevante de mulheres consideradas chefes do lar, ou seja, responsáveis pelo sustento da casa.

O Censo Agropecuário de 2016 aponta que 14 milhões de mulheres atuam na agricultura familiar do Brasil e 16% das unidades agrícolas familiares são chefiadas por mulheres, embora a sua participação efetiva na produção e geração de lucros ainda são pouco divulgadas (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019).

A agricultura familiar é tida como um espaço dinâmico e heterogêneo, dado sua diversificação social-produtiva. Conceitua-se agricultura familiar como sendo “uma forma de reprodução que tem sua base no trabalho, no qual a família é responsável pela atividade agrária desenvolvida em pequenas propriedades” (MEUS; ETHUR, 2021, p. 2). Na divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, as mulheres por muito tempo tiveram seu trabalho invisibilizado e subjugado, apresentado somente como um trabalho de reprodução, sem o devido reconhecimento ao seu trabalho produtivo. Esse fato é significativamente marcado devido a distinção entre homens e mulheres, voltado apenas a reconhecer e valorizar o trabalho do homem (BRUMER; DOS ANJOS, 2008).

Entretanto, enquanto as discussões de gênero estavam avançando na sociedade para direitos sociais, a mulher da zona rural já era destinada a serviços no campo. Na seara da literatura da Agricultura familiar, reflexões sobre gênero e a emergência da história das mulheres ocorrem paralelos a ação de movimentos sociais em prol das melhorias nas condições profissionais, de direitos sociais, políticos e culturais para as mulheres (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019).

Conforme Oliveira, Vilaca e Correio (2019, p. 61):

A mulher está diretamente ocupada na produção de bens e serviços e nunca esteve alheia ao trabalho em todas as épocas e lugares, ela tem contribuído para a subsistência da sua família e algumas vezes sido a principal mantenedora. Em diversas condições sociais, etnia, crenças religiosas, sua trajetória é marcada pelas inúmeras diferenças, constituindo-se na 'histórias

das mulheres', em suas várias classificações, a mulher camponesa, a mulher operária, a mulher negra, etc.

Nesse caminho, as mulheres agricultoras possuem desempenhos domésticos, são protagonistas de atividades remuneratórias do campo sem ser percebido como trabalho produtivo. Com jornadas de trabalho extenuantes, mais que na cidade, além dos afazeres da casa, “atuam diretamente na mão de obra dos trabalhos manuais hortifrutigranjeiros, e ambos, não são vistos como trabalho produtivo. Elas atuam diretamente para a renda e sustento tanto quanto os maridos” (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019, p. 74).

Para Herrera (2013, p. 1-2), as mulheres agricultoras, além do trabalho reprodutivo, “também realizam atividades produtivas, como o plantio e a colheita da produção para o autoconsumo da família, a ordenha de vacas, a produção de queijo e pão e também práticas orientadas para a pequena escala de comercialização de produtos”, na chamada multifuncionalidade agrícola. Destaca-se que elas atuam no trabalho agrícola, da infância até a idade adulta, com sobrecarga de atividades exercidas em uma dupla jornada, com o trabalho rural acontecendo simultaneamente com as funções domésticas e maternas (SANTOS; BOHN; ALMEIDA, 2020).

Logo, destaca-se a relevância do protagonismo das agricultoras familiares. Sua “sobrecarga, desvalorização e precarização de vida em que estão submetidas é injusto, desumano e cruel” (Ibid.). Deve-se em muito, ocorrer debate e ação “para consciência de que elas são protagonistas e atores sociais tão importantes e que merecem reconhecimento e respeito assim como os homens” (Ibid.).

De acordo com o documento divulgado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em 2011, alcançar a igualdade de gênero e empoderar as mulheres na agricultura não é apenas correto, mas também essencial para o desenvolvimento agrícola e da segurança alimentar da sociedade.

A desigualdade entre homens e mulheres, segundo Oliveira, Vilaca e Correio (2019, p. 73-74):

[...] é algo construído, não nasce com os indivíduos, e sim é resultado da organização da vida em sociedade. A diferenciação dos papéis sexuais está relacionada à hierarquização social do espaço ocupado por homens e mulheres na sociedade. À mulher em virtude do seu papel de mãe, ficou relacionada à esfera doméstica, enquanto o homem foi atribuído uma participação mais efetiva na esfera pública, o que o torna mais valorizado socialmente, por ocupar uma esfera social relacionada ao poder e à autoridade.

Vários estudos que se debruçaram sobre a divisão generificada do trabalho na agricultura chegam à conclusão de que as mulheres (e crianças e jovens em geral) ocupam uma posição de subordinação e o seu trabalho muitas vezes aparece como "ajuda", mesmo que trabalhem em jornadas duplas, sendo assim mais do que os homens, ou que exerçam as mesmas funções e atividades que eles.

Assim, historicamente, muitas das atividades produtivas das mulheres têm sido vistas como extensões do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa divisão sexual do trabalho no campo está ligada à introdução do conceito capitalista de trabalho, que reduz o trabalho a justamente o que pode ser trocado e monetizado no mercado. Além disso, na sociedade existe a cultura que relaciona mulheres à fragilidade, principalmente em relação à vida pública e ao trabalho (GLICK; FISKE, 1996).

Estudo apresentado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, debate o conceito de “força de trabalho secundária”, definido como:

[...] a inserção da mulher no trabalho é vista como um aspecto secundário do seu projeto de vida, da constituição de sua identidade e de suas possibilidades reais. Ocorreria, basicamente, em duas situações: quando o homem, por definição o provedor principal ou exclusivo não pode cumprir esse papel, devido a uma situação de crise econômica, desemprego, diminuição de suas remunerações, doença, incapacidade temporária ou definitiva ou outro tipo de infortúnio, ou quando se trata de uma família na qual a figura masculina está ausente (por morte ou separação) e a mulher assume o papel de provedora por falta de outra alternativa (ABRAMO, 2010, p. 22).

No contexto rural, Rodrigues (2020, p. 16) aduz que: “A falta de reconhecimento da mulher como agente econômico dentro das cadeias de valor na agricultura amplia as desigualdades no campo”. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2011), as lacunas de gênero existentes na sociedade, com mais ênfase para as mulheres que aos homens, “acabam por restringir seu acesso a recursos produtivos, mercados e serviços, afetando a produtividade no setor que de forma mais ampla restringem o desenvolvimento econômico e social” (RODRIGUES, 2020, p. 17).

O Fórum Econômico Mundial (2020), em seu relatório sobre as desigualdades de gênero, mostrou que entre mais de 153 países, em 2020, o Brasil ocupou a 92ª colocação, precisando urgentemente avançar com estratégias para reduzir a desigualdade de gênero e, só assim impetrar maiores índices de desenvolvimento. Segundo a FAO (2016), as mulheres rurais estão restritas a estágios menos rentáveis da cadeia produtiva, baixo acesso a recursos produtivos, financiamento, tecnologias,

educação, carecendo por parte das instituições “o investimento em ações inovadoras e modelos de negócios que possam ampliar a participação delas nas cadeias produtivas agrícolas” (RODRIGUES, 2020, p. 45).

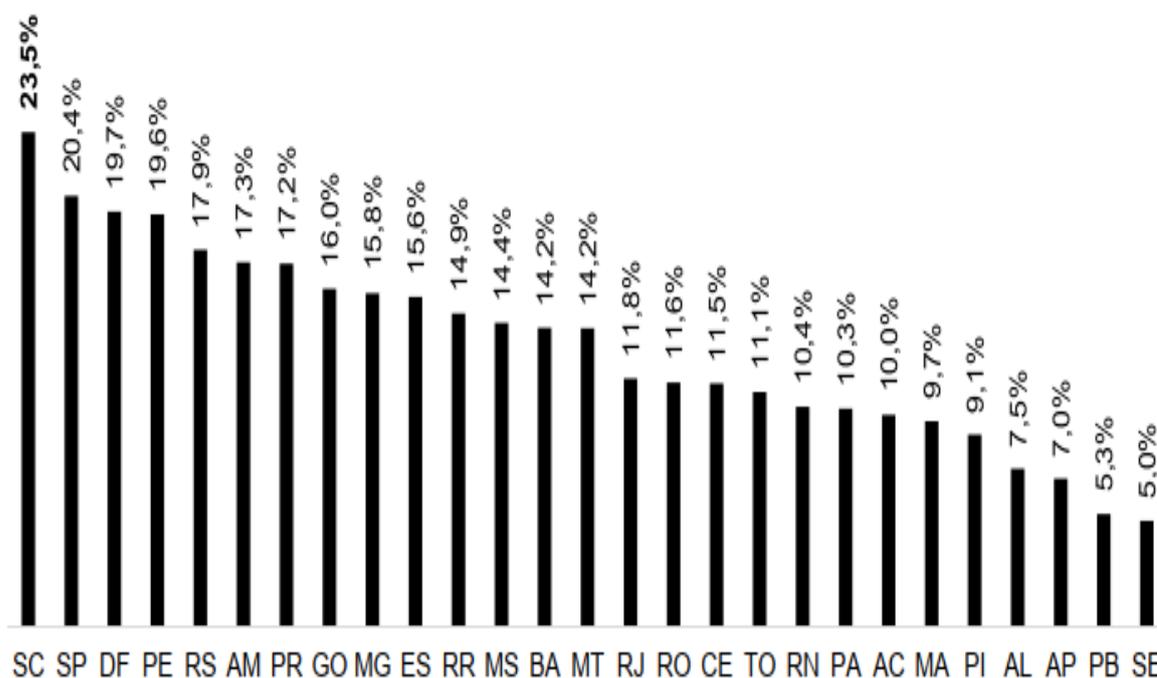
Como resultado de ações de ampliação da participação da mulher, segundo Rodrigues (2020, p. 45):

[...] promove a redução da pobreza nos agregados familiares, aumento da sustentabilidade e produtividade dos sistemas agrícolas, além de proporcionar maior segurança alimentar [...], fortalece a economia e garante uma sociedade mais justa e estável [...], ressaltando a importância delas não somente como mão de obra em papéis coadjuvantes, mas como agente econômico contribuindo para desenvolvimento sustentável das comunidades agrícolas.

As relações de gênero é elemento que está no cerne das desigualdades. O fato de ser mulher “estabelece uma posição de coadjuvante tanto nas relações de trabalho quanto de renda, o que contribui para que os termos mulher e agricultora se tornem unívocos, remetendo apenas à identidade biológica (mulher), invisibilizando a profissional”. Nesse contexto, ressalta-se “o protagonismo das mulheres agricultoras que atuam como agentes ativas na produção e geração de emprego e renda, tendo surgido movimentos reivindicando políticas diferenciadas para o desenvolvimento rural” (MEUS; ETHUR, 2021, p. 2).

Apesar de a taxa de atividade da mulher rural ser inferior à urbana, há que se destacar a participação das mulheres entre os trabalhadores formais do setor agropecuário. Em Santa Catarina, por exemplo, conforme mostra o gráfico a seguir, o Estado ocupa a primeira posição com uma inserção feminina de 23,5%. Mesmo com valor de grande diferença se comparado aos homens, os dados não surpreendem. As diferenças de participação feminina e masculina no meio rural são enormes, refletindo largamente nos trabalhos formais da agropecuária. Se mulheres são invisibilizadas na agricultura familiar, naquelas poucas atividades em que há formalização as chances de participarem acabam por se tornar ainda menores (SANTOS; BOHN; ALMEIDA, 2020).

Figura 1 - Participação feminina entre os trabalhadores formais do setor agropecuários estados brasileiros (2018)



Fonte: Santos, Bohn e Almeida (2020, p. 11).

Os governos, o mercado e a sociedade civil devem trabalhar juntos para eliminar a discriminação legal, promover a igualdade de acesso a recursos e oportunidades, garantir políticas e programas agrícolas sensíveis ao gênero e capacitar as mulheres a fazerem ouvir sua voz para o desenvolvimento sustentável do coletivo. Uma das formas para a realização dessa visibilidade da mulher no meio coletivo pode ser o uso da inovação social como ferramenta de fomento para impulsionar a participação da mulher agricultora como protagonista nos cenários político e socioeconômico.

Tendo discorrido algumas considerações acerca do contexto da mulher agricultora, a seguir apresenta-se o conceito e as nuances da inovação social na contextualização da mulher.

## 2.2. INOVAÇÃO SOCIAL

O termo "inovação social" ganhou atenção depois que apareceu em 2003 na Stanford Social Innovation Review (SSIR), uma revista dedicada a soluções intersetoriais para problemas globais. Nesta publicação, o termo "inovação social" foi

definido como “o processo de inventar, conquistar e implementar novas soluções para necessidades e problemas sociais, dissolvendo fronteiras e mediando o diálogo entre o público, o privado e o terceiro setor” (AEVO, 2022, [s.p.]).

Tem-se que, a inovação social “é a melhor construção para compreender e produzir mudanças sociais duradouras”. No entanto, por mais que a inovação social tenha várias questões em comum com o modelo tradicional de inovação, “por resolverem demandas e necessidades identificadas nos ecossistemas onde estão inseridas, a principal evidência na distinção é a intenção objetiva de criar valor social” (REIS; PARANHOS, 2021, p. 193).

Para Martinelli *et al.* (2003, p. 47-48), a inovação social nas suas dimensões de produto e de processo:

[...] caracteriza-se por pelo menos três formas de realizações, isoladamente ou em combinação, realizadas através de alguma forma de ação coletiva, em oposição à ação individual: 1. Contribui para satisfazer necessidades humanas não consideradas/satisfeitas de outra forma; 2. Aumenta os direitos de acesso (por exemplo, através da inclusão política, políticas de redistribuição, etc.); 3. Reforça os laços de capacidade humana.

A inovação social pode ser descrita como “as novas ideias, ações e conhecimentos, melhorados ou duradouros, que tem como objetivo gerar benefícios sociais e melhorar a qualidade de vida” (ALVES, 2021, p. 31). O processo de inovação social pode ser compreendido em seis estágios:

1. Prompts, inspirações e diagnóstico: aquele que identifica uma necessidade que precisa ser suprida ou uma questão para identificar as raízes do problema;
2. Propostas e ideias: criação de novas iniciativas que podem solucionar a necessidade identificada;
3. Protótipo e piloto: aplicação prática das ideias para teste;
4. Sustentação: elaboração de um modelo de negócio que garanta a viabilidade financeira da solução por um longo período;
5. Escalonamento e difusão: estágio que define as estratégias para crescimento e difusão das inovações sociais;
6. Mudança sistêmica: etapa final da inovação social, que deve produzir e influenciar mudanças nos negócios, legislação e na estrutura social (alves, 2021, P. 32).

Para Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008), o objetivo da inovação social é a criação de valor social, e a criação de valor é um processo de interação entre dois componentes: o empreendimento social e o articulador social. Um articulador visionário percebe um problema social e cria uma cadeia de valor por meio de uma solução social. Assim, o componente humano e o componente organizacional trabalham juntos para criar inovações sociais que preenchem a lacuna entre valores

e questões sociais. Um sistema social consiste em diferentes grupos de interesse que interagem uns com os outros em diferentes níveis.

Conforme Cajaiba-Santana (2014), no processo de inovação, o operador se comunica com a organização sobre a nova ideia ou mudança e inicia o canal de troca. As instituições são parte integrante do sistema social geral e as ações legítimas transmitem informações ao sistema. Os componentes dos sistemas sociais criados por diferentes grupos incorporam o processo e o implementam em todos os níveis.

As novidades e as ações voltadas para um objetivo almejado são características da inovação social (JULIANI, 2014). Mesmo sendo um processo que muitas das vezes se desenvolve sem a intervenção direta do estado, as inovações sociais têm pensamentos, desenvolvimentos e execução buscando promover a inclusão social (HOWALDT; SCHWARZ, 2010).

A inovação social se concentra em encontrar soluções sustentáveis para problemas negligenciados, ao mesmo tempo em que adota uma lógica de empoderamento, que é de certa forma oposta à busca de controle de atores auto interessados, como corporações e empresários comerciais (CAJAIBA-SANTANA, 2014).

Na intenção objetiva de criar valor social, é perceptível que, “a falta de capacidade de o Estado atender as demandas da população contribui para o crescimento da mobilização em torno de iniciativas de inovação social”. E, conseqüentemente, “situações de exclusão social impulsionam a utilização de métodos alternativos para solução de problemas sociais, proporcionando mais destaque para a inovação social” (ALVES, 2021, p. 31).

As mulheres são historicamente excluídas de políticas públicas que tragam o holofote para os seus direitos e seu bem-estar, e cabe a inovação social trazer esse protagonismo a elas, botando elas em fogo e dando apoio para que elas se desenvolvam e cresçam em prol do seu bem-estar e assim da sociedade como um todo, uma vez que as mulheres são essenciais para o desenvolvimento da sua comunidade local, nacional e global (MUNTEAN, 2013). Elas participaram de suas economias locais, embora muitas vivessem em comunidades rurais pobres. A participação feminina no local de trabalho fomenta um ambiente de trabalho mais humano e cooperativo e ajuda-as a ter um melhor estatuto nos seus lares e nas suas comunidades (COUGHLIN; THOMAS, 2002).

Nesse contexto, discutiremos a importância do empoderamento da mulher para gerar protagonismo e maior visibilidade social e assim diminuir as desigualdades vindas de preconceitos de gênero e discriminação nos aspectos profissionais, sociais e pessoais.

Quadro 1 - Características da Inovação Social

<b>Característica</b>	<b>Autor</b>
Rompe com a maneira comum de olhar e agir diante de problemas sociais e ambientais.	AEVO, 2022
Usa novas abordagens dos problemas sociais e implementação dos processos de mudança; Busca resolver questões da sociedade; criar valor social; produzir a mudança social duradoura.	REIS; PARANHOS, 2021
Usa novas abordagens dos problemas sociais e implementação dos processos de mudança; Busca resolver questões da sociedade; criar valor social; produzir a mudança social duradoura. Baseia-se na cooperação entre instituições.	REIS; PARANHOS, (2021); PHILLS JUNIOR; DEIGLMEIER (2008)
Contribui para satisfazer necessidades humanas não consideradas/satisfeitas de outra forma; aumenta os direitos de acesso; reforça os laços de capacidade humana.	MARTINELLI <i>et al</i> (2003)
Contribui para satisfazer necessidades humanas não consideradas/satisfeitas de outra forma; aumenta os direitos de acesso; reforça os laços de capacidade humana. Investe em novas invenções e nas implementações soluções para problemas sociais por meio de diálogos	MARTINELLI <i>et al</i> (2003)
Produzir a mudança social duradoura; Intenção objetiva de criar valor social	REIS; PARANHOS, 2021

Fonte: Elaborada pela autora

### 2.3. EMPODERAMENTO FEMININO

A transformação na abordagem do papel da mulher na sociedade se deve ao fato do elemento potencial desta de produzir, desenvolver uma carreira profissional, ter sua própria renda e tomar decisões dentro e fora da esfera familiar. Nota-se que todos esses aspectos têm comumente a apoio positivo no fortalecimento de sua voz ativa e a condição de agente das mulheres, por meio da independência e do ganho de poder (ALVES, 2021).

Nesse caminho, após as décadas de 1980 e 1990 o debate sobre o empoderamento das mulheres aparece como um modo de incluir, na agenda

internacional do desenvolvimento, as políticas de direitos das mulheres. A Constituição Federal Brasileira de 1988 declara a igualdade entre homens e mulheres, considerando como um direito fundamental. No entanto, mesmo com movimentos voltados para os direitos das mulheres tenham ganhado destaque até criação de conselhos estaduais de direitos da mulher, mesmo assim, para ocorrer o empoderamento, o caminho ainda é muito longo (AMARAL, 2019). Entendo que o processo de mobilizações e práticas objetivando a promoção e impulsão de grupos e comunidades, melhora significativamente suas condições de vida; Kleba e Wendausen (2009, p. 735) apresentam dois sentidos de empoderamento mais usados no Brasil:

Um se refere ao processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia; e o outro se refere a ações destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos etc. em sistemas geralmente precários, que não contribuem para organizá-los, pois os atendem individualmente através de projetos e ações de cunho assistencial.

No tocante ao processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia, pode-se considerar o empoderamento como:

O mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir (COSTA, 2004, p. 7).

Neste sentido, Kleba e Wendausen (2009, p. 736) lecionam que empoderamento é “um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afetivos e condutuais. É um sentimento de pertencimento, que aumenta o poder da autonomia pessoal pelas relações coletivas e institucionais”.

Uma definição de empoderamento desenvolvida em conjunto pela ONU Mulheres Brasil e a Rede Brasil do Pacto Global em 2017, define:

Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado (ONU MULHERES, 2017).

Assim, a partir de uma perspectiva feminista, conforme Sardenberg (2009, p. 2), o empoderamento de mulheres é “o processo da conquista da autonomia, da

autodeterminação”, e aduz que: “o empoderamento das mulheres implica [...], na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal”.

Figura 2 - Charge desigualdade de gênero



Fonte: Amaral (2019, p. 62).

“Excelente sugestão, srta. Triggs. Talvez um dos homens aqui presentes queira executá-la”.

A charge representando uma reunião sexista feita pela cartunista Riana Duncan para Punch (1988) na Inglaterra, retrata o enorme silêncio que as mulheres são submetidas, remetendo ao sofrimento e discriminação sofridos por mulheres do mundo todo até a atualidade. Pois as mulheres [...] “mesmo quando não são silenciadas, ainda pagam um preço muito alto para serem ouvidas” [...] (BEARD, 2018 apud AMARAL, 2019, p. 62).

Nesse sentido, o empoderamento é “um processo conflituoso porque diz respeito a situações de dominação – explícitas ou implícitas - e à busca de mudanças

nas relações de poder existentes e vai progressivamente incorporando os resultados do mesmo” (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008, p. 7).

As barreiras enfrentadas pelas mulheres mais encontradas na literatura são:

[...] a existência e a necessidade do enfrentamento do teto de vidro, discriminação e preconceito de gênero, problemas causados pela dupla jornada e os conflitos trabalho-família que são enfrentados pelas mulheres ao empreender, barreiras sócio culturais e falta de políticas que estimulem a mulher a enfrentar as barreiras e empreender. [...] a dificuldade de acesso ao crédito e a obstrução masculina, também são obstáculos enfrentados pelas mulheres empreendedoras, assim como a falta de autoconfiança, autoconhecimento, enfim, a falta do empoderamento das mulheres (AMARAL, 2019, p. 69).

Para enfrentar tais barreiras, há de se empoderar o público feminino para “Garantir a elas autonomia para controlar o próprio corpo, a sua sexualidade, o seu direito de ir e vir, bem como um repúdio à violência, ao abandono e às decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família” (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008, p. 2).

Logo, na batalha incansável pelo empoderamento, as mulheres “tiram o tradicional controle que os homens tinham sobre elas, e eles, acabam perdendo o controle sobre seus corpos, sexualidade e mobilidade. Além disso, não podem mais abusar fisicamente das mulheres, sob pena de serem punidos judicialmente” (VALARES; SOUZA; CARVALHO, 2021, p. 4).

Segundo Batliwala (1997 apud VALARES; SOUZA; CARVALHO, 2021, p. 4), o empoderamento feminino é:

[...] um processo que desafia as relações de poder existentes na sociedade, de modo que às mulheres sejam dados os mesmos direitos que são dados aos homens, sejam no campo das relações sociais seja no das relações profissionais. Não se trata de vantagens, nem de regalias, mas apenas de justiça social, na qual um gênero não se sinta superior ao outro e ambos tenham o mesmo nível de importância na esfera social.

Para as mulheres, empoderar-se é um modo de resgatar a sua autoestima e satisfação pessoal. Sendo o empoderamento feminino um processo que desafia as relações de poder existentes na sociedade e, a mulher também sendo participante como sujeito social; nesse contexto, as mulheres empoderadas são:

[...] sujeitos sociais e emancipadas capazes de perceberem, refletirem e interpretarem sua realidade social no sentido de, individual e/ou coletivamente, produzirem mudanças significativas para a construção de uma sociedade mais humana e democrática (ALVES; OLIVEIRA, 2020, p. 3).

Na conjuntura do espaço rural, as relações de poder têm direta ligação com as relações de gênero, resultando na diferença de inserção das mulheres nos espaços

organizados e produtivos. “Espaços de poder têm uma forte implicação de gênero, requerendo uma transformação no acesso da mulher também aos bens econômicos, transformação esta que depende de um processo de empoderamento desta mulher” (SIQUEIRA; SARDENBERG, 2014, p. 17).

Notadamente, é enorme a resistência masculina sempre que as mulheres buscam a mudança na sociedade, mediante a igualdade de gêneros, e decidem concorrer a cargos públicos e, maior ainda se estas não acatam os fatos como são postos e questionam o poder e os privilégios masculinos instituídos na família e no trabalho. Nesse caminho, a luta das mulheres pelo empoderamento ultrapassa uma disputa um a um (mulher contra homem), desafia as relações patriarcais, ainda impregnadas na sociedade e percebidas através das ações masculinas.

Nesse caminho, reitera-se que o processo de empoderamento individual da mulher somente acontece:

[...] por meio das relações com a coletividade de forma cooperativa e solidária. Os espaços de participação política constituem estruturas mediadoras de processos de empoderamento, facilitando a superação de conflitos e a ressignificação das relações sociais, possibilitando a revisão de papéis e de sentidos na produção da vida cotidiana (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 733)

Além disso, o projeto de empoderamento das mulheres para obter sucesso “depende de agência coletiva no setor público e assertividade individual no âmbito privado” (AMARAL, 2019, p. 67). Botelho (2008, p. 125) assevera que “o posicionamento pessoal (postura) das executivas diante dos homens (pares, subordinados e superiores) juntamente com o desenvolvimento da autoconfiança das mulheres é imprescindível para que sejam respeitadas e aceitas em um grupo”.

O movimento feminista vem conquistando e já conquistou diversos avanços, sendo visível a evolução no empoderamento das mulheres ultimamente, no entanto, a igualdade de oportunidades ainda não acontece (TORREÃO, 2007). Também, percebe-se que projetos de incentivo ao empoderamento da mulher tendem a padecer interdição pelas organizações informais de poder masculinas (BISWAS, 2017).

Em abordagem literária do século XIX, o empoderamento feminino surgiu como um movimento social, filosófico e político. Hodiernamente é reconhecido em todos os ambientes. O empoderamento feminino depois de muita luta das mulheres na história trouxe consigo direitos antes negados ao dito sexo frágil (BARBOSA *et al.*, 2019). Ainda hoje verifica-se no mercado de trabalho o pensamento de que as mulheres não podem exercer as mesmas funções que os homens. O preconceito denota as

dificuldades que as mulheres enfrentam para se desenvolver profissionalmente, mesmo pela lei, sendo os direitos iguais na sociedade (SANTOS; FONSECA; FERREIRA, 2022).

As disparidades entre homens e mulheres na educação, cargo e salários fica mais evidente. Segundo dados do IBGE (2021), existem diferenças entre os gêneros nos salários mormente nos cargos de diretoria, gerência, áreas de ciências e pesquisa. Quanto ao nível de educação o gênero feminino tem um maior nível de instrução, sendo que os cursos superiores mais procurados são os de engenharia, direito, medicina e ciência da informação (SANTOS; FONSECA; FERREIRA, 2022).

O relatório PNUD (2019) com dados de 189 países, aponta que as mulheres investem mais em educação, mas possuem renda 41,5% menor que a dos homens. Possuem maior média de anos de estudo (8,1 anos, contra 7,6 dos homens). A Renda Nacional Bruta per capita da mulher, no entanto, equivale a US\$ 10.432, contra os US\$ 17.827 auferidos pelo homem (números de 2018). Também, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018), a taxa global de participação das mulheres na força de trabalho foi de 48,5% em 2018, 26,5 pontos abaixo da taxa auferida para os homens. Segundo o IBGE (2018), no Brasil, as mulheres representam 51,03% da população, mas apenas 39,1% destas atuam nos cargos gerenciais (públicos e privados) (IATA, 2020).

Menor a presença em cargos de poder e um salário mais baixo significam menor poder de compra. Sendo assim, o empoderamento financeiro tem um grande peso para a ascensão feminina na sociedade, já que alcançar o empoderamento econômico feminino significa:

[...] um aspecto central para modificar as relações de desigualdade e opressão social que atingem as mulheres. Essa autonomia não é pensada apenas com o acesso à renda, mas também a salário e trabalho dignos, à previdência social e aos serviços públicos, o direito ao emprego, e a condições de produzir e comercializar com dignidade, possibilidades de crescimento pessoal, e o direito ao lazer (LIMA *et al.*, 2022, p. 252).

Com a ampliação do poder econômico, as mulheres procuram investir melhor em sua própria educação e de seus familiares, procurando também angariar novos conhecimentos para melhor administrar seus negócios (conseguindo seu crescimento e manutenção), acesso à saúde com aquisição de planos particulares, o acesso a medicamentos, academias e viagens de lazer/férias (SAMUEL, 214). “A maior conquista do empreendedorismo feminino é a independência financeira aliada à

autonomia, autorrealização e respeito conquistados, juntamente com a elevação da qualidade de vida da família” (LIMA *et al.*, 2022, p. 256).

Destaca-se alguns pontos que levam uma mulher se tornar mais forte e empoderada na seara econômica, social e política, quais sejam: igualdade de gênero, saúde, formação profissional, não discriminação, segurança e bem-estar no trabalho e, por fim, empreendedorismo (ANTONELLO; ANDREOLA, 2019).

O processo de empreendedorismo feminino ganhou destaque quando em 2009, a quantidade de negócios aberto por mulheres sobrepujou a dos homens. Esse fato se manteve até 2014, teve leve queda em 2015 e um acanhado crescimento em 2016. Em 2017, mulheres empreendedoras superava o de homens em cerca de 4%. A massa de mulheres à frente de empreendimentos no Brasil alcançou 23,8 milhões de brasileiras (GEM, 2018). Dados do SEBRAE apontam que em 2018 o Brasil teve a 7ª maior proporção de mulheres nos Empreendedores Iniciais (pesquisa com 49 países), sendo que em 2017 tinha a 3ª colocação (LIMA *et al.*, 2022).

Fernandes *et al.* (2016) asseveram que o empreendedorismo proporciona às mulheres empoderamento econômico, visto que amplia suas rendas. Também há melhora no grau de instrução e transformações na estrutura familiar, reduzindo o número de filhos. “Essas mulheres realizam-se pessoalmente ao abrirem seus empreendimentos, fruto de sonhos pessoais; sendo o grau de instrução fator decisivo para que tomassem essa iniciativa” (LIMA *et al.*, 2022, p. 256).

Segundo Lima *et al.* (2022, p. 256):

[...] o empreendedorismo feminino é uma ferramenta legítima de empoderamento, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais e econômicos da vida. O empoderamento econômico das mulheres é crucial para que haja igualdade de gênero, desenvolvimento econômico inclusivo e erradicação da pobreza. Superar tais desigualdades exige coragem para tomar medidas e atitudes abrangentes e transformadoras que afetam e beneficiam as mulheres, as famílias e toda a sociedade.

Para alcançar o empoderamento econômico, grande parte de mulheres tem seguido a atividade empreendedora como modo de auferir independência financeira. Mulheres trabalhadoras vêm conquistando relevantes caminhos e, segundo Hanzen (2021, p. 43):

[...]A dura lida diária para conseguir uma melhoria de renda, um sentido de independência financeira, torna a mulher cada vez mais empoderada no meio rural, o que sugere uma perspectiva de um futuro mais igualitário para as mulheres da agricultura familiar. Porém há que se trabalhar também pela conquista de independência social e pessoal, sobretudo no âmbito coletivo.

Percebe-se assim, que o empoderamento da mulher vem ganhando visibilidade e que a inovação social é um canal essencial para o impulsionamento dessa mudança de libertação das mulheres para a maior autonomia, maior participação nas tomadas de decisões tanto em âmbito profissional, quanto familiar e na liberdade de poder agir e pensar como bem desejar. Segue abaixo uma tabela como sinterização das as principais características do empoderamento de acordo com os autores citados acima.

Quadro 2 - Características do Empoderamento Feminino

Empoderamento Feminino	
Características	Autor
Igualdade de gênero, saúde, formação profissional, não discriminação, segurança e bem-estar no trabalho, empreendedorismo	ANTONELLO; ANDREOLA (2019)
Autonomia para controlar o próprio corpo; A sexualidade; o seu direito de ir e vir; repúdio à violência; ao abandono e às decisões unilaterais masculinas.	MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF (2008)
O processo da conquista da autonomia, da autodeterminação, libertação das amarras	Sardenberg (2009)
Sentimento de pertencimento; Aumento do poder da autonomia pessoal pelas relações coletivas e institucionais, dinâmico que envolve aspectos cognitivos	KLEBA; WENDAUSEN (2009)
Tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir	COSTA (2004)
Ganho de liberdade de escolher e agir; o aumento da autoridade e do poder sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas; definir os seus objetivos, adquirir competências resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento.	ONU Mulheres Brasil e a Rede Brasil do Pacto Global (2017)
Justiça social; ambos tenham o mesmo nível de importância na esfera social; às mulheres sejam dados os mesmos direitos que são dados aos homens, seja no social ou profissional	VALARES; SOUZA; CARVALHO (2021)
Objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida; aumentando sua autonomia; ações destinadas a promover a integração dos excluídos de mandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos	KLEBA (2009)
Tomar controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida; Consciência das suas competências para produzir e criar e gerir	COSTA (2004)
Melhora no salário; trabalho digno; condições para produzir; comercializar com dignidade; direito a lazer	LIMA <i>et al.</i> (2022)

Fonte: Elaborada pela autora

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No capítulo de Procedimentos Metodológicos são reveladas as opções exercidas necessárias à realização deste estudo, pois servem de suporte para solucionar o problema de pesquisa e atingir os objetivos geral e específicos elencados. Com isso, este capítulo, está dividido em duas partes: a Caracterização da Pesquisa, com o objetivo de determinar a natureza da pesquisa; perspectiva de abordagem dos objetivos do estudo; e os Procedimentos Metodológicos que detalham os procedimentos técnicos de coleta de dados e como será feita a análise de dados.

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Marconi e Lakatos (2004) definem a pesquisa como um processo formal, que oferece um tratamento científico de um método de pensamento reflexivo para verificar a realidade ou verdades parciais. Para Gil (2007, p. 17), a pesquisa é um:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, que conforme Prodanov e Freitas (2013) é um tipo de pesquisa que consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de suas vivências. É uma pesquisa qualitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, nesse caso é como o programa da EPAGRI promove o empoderamento feminino e a nivação social na vida das agricultoras da cidade de Correia Pinto.

Ainda de acordo com os objetivos traçados no trabalho, optou-se por uma pesquisa descritiva, a qual é definida por Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61) como aquela que observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los". Gil (2007) afirma que a pesquisa descritiva tem a intenção de descrever as características de uma população, um fenômeno ou, ainda, uma relação entre essas duas variáveis. Marconi e Lakatos (2004, p.77) apontam que além de estudar uma população ou fenômeno, também é estudado o que constitui tal e os processos que fazem parte desses. Portanto, a pesquisa descritiva procurou

descrever como o programa de Capital Humano Social da Epagri promove o empoderamento das mulheres agricultoras por meio da inovação social, sob a ótica das agricultoras envolvidas.

Quanto à forma de abordagem do problema de pesquisa, escolheu-se a abordagem qualitativa pois busca-se entender um fenômeno de empoderamento feminino e inovação social sob a perspectiva das mulheres agricultoras entrevistadas, entendendo como o projeto da Epagri ativa esse empoderamento. Sob a ótica de Marconi e Lakatos (2004), a pesquisa qualitativa tem como fim analisar e interpretar aspectos profundos e detalhados, os quais não podem ser mensuráveis.

Segundo Minayo (1994, p. 21) “estão imersos em um universo de motivos, aspirações, valores e atitudes correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Esse tipo de abordagem possibilita uma análise mais específica e é recomendada para estudar grupos sociais ou indivíduos (MARCONI; LAKATOS, 2004). Complementando, Minayo (1995, p.21-22) afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995, p.21-22)

### 3.2. PROCEDIMENTO DE PESQUISA

Esta pesquisa foi feita por meio da pesquisa bibliográfica que, segundo Cerro, Bervian e da Silva (2007, p.61), constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. Portanto, a pesquisa bibliográfica teve como objetivo proporcionar uma melhor compreensão sobre os temas “Empoderamento feminino ” e “Inovação social”, servindo de embasamento para o estudo realizado com mulheres agricultoras apoiadas pelo programa Capital Humano e Social da Epagri.

A coleta de dados foi realizada a partir da definição dos sujeitos da pesquisa a serem estudados, a fim de levar em conta os objetivos específicos estabelecidos no início deste trabalho, lembrando que são: Descrever o programa de capital humano ministrado pela EPAGRI e caracterizá-lo como uma inovação social; Conhecer a história de vida de mulheres que participam do programa; Analisar como o programa

Capital Humano/EPAGRI contribui ao enfrentamento das barreiras para uma participação mais efetiva da para o empoderamento de mulheres agricultoras nas tomadas de decisões. Com isso, estabeleceu-se que os sujeitos da pesquisa são mulheres agricultoras do interior da cidade de Correia Pinto- SC, que são atendidas pelo projeto da EPAGRI.

A coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada, e contou com a participação de 5 agricultoras, indicadas e selecionadas pela extensionista da EPAGRI que coordena o projeto na região.

As entrevistas foram feitas de forma presencial, na propriedade rural de cada uma das agricultoras. Os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios e os dados coletados foram apresentados de forma conjunta, garantindo o anonimato das participantes.

O processo técnico utilizado para a coleta dos dados foi a entrevista semiestruturada, que de acordo com Minayo (1995), a entrevista semiestruturada é capaz de relacionar a teoria sobre o tema discutido com os fatos acontecidos na realidade, aproximando ambos. Marconi e Lakotos (2004) afirmam que uma entrevista objetiva a coleta de informações do entrevistado sobre um assunto determinado por meio de uma conversação de natureza profissional, que consiste em um roteiro com liberdade de desenvolvimento de perguntas.

No quadro a seguir são apresentadas as perguntas realizadas à extensionista do programa, assim como a fundamentação teórica usada como embasamento para a sua formulação. A entrevista tinha como objetivo a compreensão do papel da Epagri e do trabalho exercido pela extensionista, a fim de conecta-lo com os estudos de inovação social. A entrevista também visa compreender a visão da extensionista sobre o seu papel, assim como o papel da Epagri, na promoção de empoderamento por meio da inovação social. Suas respostas serão analisadas e conectadas com a passagens que a organização traz ao descrever o programa, com objetivo de realizar a análise dos dados qualitativos.

Quadro 3 – Perguntas para a extensionista

Pergunta	Referencial	Autor
1) Como você entende que o programa atua diante dos problemas sociais que as agricultoras enfrentam?	O processo de inventar, conquistar e implementar novas soluções para necessidades e problemas sociais, dissolvendo fronteiras e mediando o diálogo entre o público, o privado e o terceiro setor	AEVO (2022)
2). Como o projeto Capital humano social atua diante dos problemas socioeconômicos enfrentados pelas agricultoras?		
3).Quais problemas / dificuldades o projeto identificou na vida das agricultoras?	É a melhor construção para compreender e produzir mudanças sociais duradouras”. No entanto, por mais que a inovação social tenha várias questões em comum com o modelo tradicional de inovação, “por resolverem demandas e necessidades identificadas nos ecossistemas onde estão inseridas, a principal evidência na distinção é a intenção objetiva de criar valor social”	REIS; PARANHOS (2021)
4) Quais são as atividades exercidas no projeto, visando a mudança destes problemas/dificuldades das agricultoras?		
5) Há alguma forma de avaliação dos impactos/resultados do projeto?		
6) Na sua experiência, quais foram os principais resultados/impactos do projeto?		
7) Como você acredita que os resultados do projeto podem contribuir a logo prazo na vida destas mulheres e de suas comunidades?		
8) Vocês tem algum suporte externo a Epagri, algum parceiro ou aliado para a promoção do desenvolvimento das agricultoras enquanto empreendedoras?	O objetivo da inovação social é a criação de valor social, e a criação de valor é um processo de interação entre dois componentes: Empreendimento social e o articulador social. Um articulador visionário percebe um problema social e cria uma cadeia de valor por meio de uma solução social.	PHILLS JR., DEIGLMEIER E MILLER (2008)
9) Você sente que as agricultoras estão mais conectadas com as mulheres da sua região?	A inovação social nas suas dimensões de produto e de processo:  [...] caracteriza-se por pelo menos três formas de realizações, isoladamente ou em combinação, realizadas através	MARTINELLI <i>et al</i> (2003)
10) Na sua percepção o projeto contribui para que as mulheres se conectem entre si e também com outros atores sociais? Poderia dar exemplos?		

11) De que forma o projeto contribui para ampliar o acesso das mulheres a direitos de forma geral? Poderia dar exemplos?	de alguma forma de ação coletiva, em oposição à ação individual: 1. Contribui para satisfazer necessidades humanas não consideradas/satisfeitas de outra forma; 2. Aumenta os direitos de acesso (por exemplo, através da inclusão política, políticas de redistribuição, etc.); 3. Reforça os laços de capacidade humana.	
12) Você poderia descrever o programa que você coordena e executa na EPAGRI e contar um pouco sobre as ações que são desenvolvidas?	O processo de inventar, conquistar e implementar novas soluções para necessidades e problemas sociais, dissolvendo fronteiras e mediando o diálogo entre o público, o privado e o terceiro setor	AEVO (2022)

Fonte: Elaborada pela autora

O quadro abaixo explora as perguntas realizadas às agricultoras com intuito de entender na perspectiva delas como ela vêem que o programa da Epagri interfere e promove melhorias na qualidade de vida delas. As entrevistas visam a compreensão do processo de empoderamento vindas das atividades apresentadas pelas extensionista.

Quadro 4 – Pergunta realizada para as agricultoras

Pergunta	Referencial	Autores
1). Conte-me um pouco sobre a sua história/trajetória atividade que traz renda	Destaca-se alguns pontos que levam uma mulher se tornar mais forte e empoderada na seara econômica, social e política, quais sejam: igualdade de gênero, saúde, formação profissional, não discriminação, segurança e bem-estar no trabalho e, por fim, empreendedorismo	ANTONELLO; ANDREOLA, 2019
2) Qual a principal		
3) Qual a principal cultivo da propriedade?		
4) Há quanto tempo você conhece e participa dos cursos/eventos promovidos pelas extensionista?	É o processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar comunidades na melhoria de vida, aumentando sua autonomia; se refere a ações destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e de mandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos.	KLEBA (2009)
5) Você se sente mais incluída entre o grupo de mulheres? E com outros atores sociais?		

6) Como você se sente ao participar desses encontros?	“O mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”	COSTA (2004)
7). Após o contato com as extensionista você passou a participar mais?		
8) Você se sente mais fortalecida para tomar decisões depois de participar do projeto?		
9) Você acha que é importante para o seu crescimento pessoal e profissional participar dos eventos desenvolvidos pelas extensionista? Por que?	O empoderamento de mulheres é “o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação”, e aduz que: “o empoderamento das mulheres implica [...], na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal”.	KLEBA; WENDAUSEN (2009)
10) Você sente que o programa influencia nas suas atividades do dia a dia?		
11) Você sente que tem apoio técnico das extensionista na sua propriedade?		
12) O que ficou diferente depois que você participou do evento conte uma situação que aconteceu num evento que foi boa para tua vida?	Alcançar o empoderamento econômico feminino significa: [...] um aspecto central para modificar as relações de desigualdade e opressão social que atingem as mulheres. Essa autonomia não é pensada apenas com o acesso à renda, mas também a salário e trabalho dignos, à previdência social e aos serviços públicos, o direito ao emprego, e a condições de produzir e comercializar com dignidade, possibilidades de crescimento pessoal, e o direito ao lazer	LIMA <i>et al.</i> (2022)
13). Existe alguma outra forma de aumentar sua renda que você gostaria de fazer? O que está faltando para fazê-lo		
15) O que você gosta de fazer nos finais de semana, como você e a sua família se divertem?		
16) Como você participa das decisões sobre uso da renda da família?	[...] um processo que desafia as relações de poder existentes na sociedade, de modo que às mulheres sejam dados os mesmos direitos que são dados aos homens, sejam no campo das relações sociais seja no das relações profissionais. Não se trata de vantagens, nem de regalias, mas apenas de justiça social, na qual um gênero não se sinta superior ao outro e ambos tenham o mesmo nível de importância na esfera social.	Batliwala (1997 apud VALARES; SOUZA; CARVALHO, (2021)

17) Sempre participou das tomadas de decisões em casa?	Empoderamento da mulher representa um “desafio às relações patriarcais garantindo a elas autonomia para controlar o próprio corpo, a sua sexualidade, o seu direito de ir e vir, bem como um repúdio à violência, ao abandono e às decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família”	MAGESTE; MELO; CKAGNAZAR OFF (2008)
18) E na propriedade?		
19). Mudou a sua participação nas tomadas de decisão em casa e na propriedade?	O empoderamento de mulheres é “o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação”, e aduz que: “o empoderamento das mulheres implica [...], na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal”.	Sardenberg (2009)
20) Quais decisões você toma atualmente que antes não tomava?	Empoderamento é “um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afetivos e condutuais. É um sentimento de pertencimento, que aumenta o poder da autonomia pessoal pelas relações coletivas e institucionais”.	KLEBA; WENDAUSEN (2009)
21) Como você se sente em relação a essas mudanças que ocorreram?	Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado	ONU Mulheres Brasil e a Rede Brasil do Pacto Global em 2017

Fonte: Elaborada Pela Autora

Boni e Quaresma (2005) elucidam que esse tipo de entrevista possibilita ao entrevistador discorrer sobre o assunto e desenvolver uma conversa para obter as informações de forma espontânea e casual, se preocupando com o bem-estar, conforto e confiança dos entrevistados.

Uma vez que as entrevistas foram realizadas de forma semiestruturadas, esta pesquisa valeu-se de fontes primárias que, para Mascarenhas (2012), são aquelas coletadas direto da fonte original. Cunha (2001) define as fontes primárias como informações inéditas sobre fatos passados.

### 3.3. ANÁLISE DE DADOS

Segundo Gil (2017) análise de dados tem como objetivo organizar e sumarizar os dados fornecendo respostas ao problema proposto. Consequentemente, a interpretação objetiva encontrar sentido das respostas, feito mediante a sua ligação aos outros conhecimentos obtidos anteriormente. A análise de dados é um processo em que a interpretação da pesquisa é formada a partir das respostas dos entrevistados e o que o pesquisador compreendeu da pauta que ele está desenvolvendo.

A partir de técnicas de análise de conteúdo que segundo Minayo (1994) é a análise mais comumente usada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa.

Na presente monografia, foi utilizada a análise interpretativa que, segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), consiste no entendimento do significado de um texto ou discurso frente a uma área de conhecimento, identificando os pressupostos para estabelecer relações entre esses dois elementos.

Logo, acerca dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas com as cinco mulheres agricultoras que participam do projeto da EPAGRI, realizou-se a interpretação de suas falas acerca do referencial teórico levantado, promovendo conexão entre eles, aflorando as categorias aqui apresentadas.

Embasada nessa bibliografia, e com o levantamento do material para o este estudo, elencado na seção de fundamentação teórica, e com sua intersecção a análise de dados provinda das entrevistas, culminou no resultado exposto, pelas análises reflexivas e crítica, expressos nas considerações finais.

## 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção traz a análise das narrativas dos sujeitos de pesquisa, relacionando as entrevistas com os estudos apresentados no referencial teórico. Na primeira parte foi caracterizado o programa Capital Humano Social, da Epagri, como uma Inovação Social, por meio de informações secundárias, como documentos que descreviam o programa disponível no site da organização e também da entrevista com a coordenadora do programa de extensionismo rural na cidade de Correia Pinto. Na segunda parte, analisamos como o projeto contribui para o empoderamento das

mulheres participantes a partir das falas das agricultoras entrevistadas. Nesta etapa, para preservar a identidade das participantes, seus nomes foram substituídos por nomes fictícios.

#### 4.1. CARACTERIZANDO O PROJETO CAPITAL HUMANO DA EPAGRI COMO INOVAÇÃO SOCIAL

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI – é uma empresa pública, vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural. A organização surge no início da década de 90, entendendo a importância do assistencialismo, da pesquisa e da extensão no meio rural e pesqueiro do estado. Atualmente a empresa trabalha em nove frentes de programas, são eles: Aquicultura e Pesca; Fruticultura; Gestão e mercados; Grãos; Olericultura; Pecuária; Gestão e Desenvolvimento Institucional; Capital Humano e Social; Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental.

Esta pesquisa foca no programa Capital Humano Social, que tem como objetivo ampliar oportunidades para que as comunidades rurais, indígenas e pesqueiras e os técnicos conheçam melhor e exercitem a autoconfiança, a cogestão e a cidadania em processos nos quais estejam inseridos; estimular ações que contribuam com a segurança alimentar e nutricional prioritariamente em base agroecologia ou em transição; socializar ações de educação e saneamento ambiental e tecnologias sociais de baixo custo;

Objetiva ainda promover ações que valorizem aspectos socioculturais das famílias; promover ações de organização e fortalecimento de redes de cooperação e associativismo. Para isso são necessárias uma série de ações dentro da comunidade rural, tal qual a realização de reuniões e oficinas realizadas pelas extensionistas de cada município, as quais realizam visitas de acompanhamento in loco com o intuito de sanar dúvidas e observar dificuldades e avanços da propriedade e dos agricultores envolvidos no programa.

Segundo o espelho do programa, fornecido pela empresa, o programa visa resultados como: As pessoas se declararem mais motivadas, entusiasmadas, criativas e felizes; criadas e ampliadas oportunidades para as comunidades rurais, indígenas e pesqueiras e os profissionais conhecerem melhor e exercitarem a autoestima, a

cogestão e a cidadania; aumento no número de pessoas e de organizações envolvidas e fortalecidas em redes de participação, inclusão social e produção.

Também visa resultados como o protagonismo jovem, inseridos em processos de capacitação e/ou com projetos em desenvolvimento protagonizando processos de gestão, empreendedorismo e liderança; questões de gênero melhor compreendidas com ênfase no papel e na valorização da mulher.

Uma vez que Santa Catarina é o estado brasileiro com o maior índice de mulheres à frente das propriedades rurais é de suma importância o desenvolvimento das potencialidades dessas mulheres, já que são quase 19 mil agricultoras que fazem a gestão das propriedades agropecuárias, segundo o Censo Agropecuário de 2017. No entanto esse percentual representa apenas 11% do total, e para que o protagonismo feminino ascenda cada vez mais no estado, é preciso ações como as que a Epagri promove, por meio de capacitação, empoderamento financeiro, acesso às políticas públicas, dentre outras ações.

Assim, a organização cria espaços importantes para o desenvolvimento feminino e de potencialidades empreendedoras, objetivando que as mulheres agricultoras desenvolvam atividades que visam a melhora da sua própria renda, mas também o desenvolvimento da sua autodeterminação e liberdade, sendo assim valorizadas socialmente e ocupando cada vez mais espaços de tomada de decisões - como sindicatos, associações, cooperativas e até empreendimento. Com todo esse contexto descrito acima, este trabalho coloca o olhar sobre o programa capital humano social executado na cidade de Correia Pinto, na serra catarinense. Na primeira etapa da pesquisa, foi entrevistada a responsável por desenvolver essas atividades na região. Quando perguntada sobre as dificuldades identificadas na vida das agriculturas, a coordenadora do projeto fez a seguinte afirmação:

*Vivemos em uma sociedade patriarcal e discriminatória onde as mulheres ainda recebem tratamento, estímulos e incentivos bem diferentes dos homens. A sociedade tem muito a evoluir nas questões de gênero, mas com certeza a maior dificuldade das agricultoras é o seu distanciamento das pessoas. A falta de oportunidades para troca de experiências é um problema muito sério e este leva a outros como: baixa estima, desconhecimento de seus direitos, pouca participação como ator social na comunidade entre outros (Extensionista).*

Diante deste cenário, a coordenadora explicou que entende que o programa promove a participação de mulheres nos mais variados segmentos sociais da sua comunidade. De acordo com ela, o programa viabiliza frequentes oportunidades de conversas e debates sobre questões de gênero, geração de renda, participação e

empoderamento feminino, encorajando-as a participarem de todas as atividades que envolvem o meio rural e estimulando-as a entender como ator social.

Esta mediação do diálogo apontada pela coordenadora vai de encontro com a definição de inovação social apresentada por Aevo (2022) que diz que a inovação social é o processo de inovar, inventar, conquistar e pôr em prática novas soluções para necessidades e problemas sociais, dissolvendo fronteiras e mediando o diálogo entre os três pilares da sociedade, o público, o privado e a sociedade civil. Além disso, podemos identificar na fala da coordenadora o papel de articuladora social exercido pela extensionista, corroborando com o que Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008) definem ser o objetivo da inovação social, que, segundo os autores, é a criação de valor social, e a criação de valor é um processo de interação entre dois componentes: o empreendimento social e o articulador social. Um articulador visionário percebe um problema social e cria uma cadeia de valor por meio de uma solução social.

As soluções sociais do programa Capital Humano Social vêm por meio das atividades exercidas no programa, que são realizadas para melhorar as dificuldades citadas na questão acima. A coordenadora ressaltou que, por meio de conselheiros sociais, o projeto Capital Humano Social oferece apoio nas áreas de educação ambiental, educação nutricional, organização de grupos, associativismo, cooperativas, com foco em agricultoras e estudantes do meio rural. Vários métodos são utilizados para trabalhar essas questões, incluindo: cursos, reuniões, visitas domiciliares, oficinas, reuniões e até eventos em outras comunidades.

Esse relato adequa-se à fala de Reis e Paranhos (2021) que afirmam que por mais que a inovação social tenha várias questões em comum com o modelo tradicional de inovação, “por resolverem demandas e necessidades identificadas nos ecossistemas onde estão inseridas”, a principal evidência na distinção é a intenção objetiva de criar valor social. Ou seja, todas essas atividades realizadas pelo programa não geram apenas conhecimento técnico para as agricultoras, mas também valor social nas trocas que elas têm entre si ao participar desses encontros.

Quanto aos resultados alcançados pelo projeto, a coordenadora destacou que são avaliados observando o comportamento e o envolvimento das mulheres com quem o projeto trabalha. Essas mudanças são um processo lento e só com o tempo nos tornamos conscientes delas. Muitas vezes também é possível escutar testemunhos delas mesmas sobre sua mudança de atitude. E apesar desse processo

lento, depois de algum tempo (anos) há um aumento do seu envolvimento tanto nas decisões familiares quanto nas situações comunitárias.

Concomitantemente Reis e Paranhos (2021) afirmam que mesmo que as mudanças sejam lentas, a inovação social é a melhor construção para compreender e produzir mudanças sociais sustentáveis ao longo do tempo.

Quando questionada se há algum suporte externo à Epagri para as mulheres agricultoras, a coordenadora afirma que apenas em projetos ligados às escolas e alunos da comunidade, onde existe o apoio da secretaria da educação, porém nada ligado diretamente às mulheres agricultoras. Já em relação as mulheres estarem mais conectadas em si na região abrangente do projeto, a extensionista destacou:

*É difícil para elas saírem das suas propriedades, mas elas sentem muita necessidade de conhecer a experiência e a realidade de outras mulheres de fora de sua comunidade. Infelizmente, tem muitas mulheres que o marido não permite que ela saia, nem para participar dos cursos e nem para participar de uma reunião, muito menos para conhecer as experiências fora do município no qual residem. Então, há essa relação em que elas são subjugadas. Posso dizer ainda que as mulheres que têm maridos menos dominadores têm um desenvolvimento mais rápido e acabam tendo essa melhora na qualidade de vida financeira e social mais depressa. (Extensionista)*

Pode-se observar que a contribuição do projeto para as mulheres se conectarem entre si e com atores sociais, pois foi possível perceber que para muitas delas a única maneira de se conectarem com outras mulheres agricultoras é através da metodologia desenvolvida no programa. Um exemplo é o curso oferecido pela Epagri que visa capacitar mulheres para o empreendedorismo rural. O curso é realizado em cinco módulos de dois dias cada, do qual as mulheres interessadas ficam alojadas em um centro de treinamento da Epagri, fora de seu município de origem, e durante este período adquirem conhecimento por variadas metodologias e em diversas áreas.

Em síntese, o projeto CHS visa fortalecer os conhecimentos, habilidades e atitudes dos agricultores familiares visando cooperação e solidariedade, contribuindo para o protagonismo e fortalecimento de suas organizações. A coordenadora conta que seu trabalho foca em alguns tópicos principais, como: educação nutricional, educação ambiental entre outros segmentos para que possamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas no meio rural. De acordo com ela:

*Estou tentando trabalhar mais com grupos de mulheres e escolas rurais, mas também estou fazendo visitas regulares. Por exemplo, realizo muitas oficinas de artesanato com pequenos grupos de mulheres (6 a 12 pessoas). Nessas oficinas elas interagem bastante com todo o grupo, mas sempre aproveito os*

*momentos mais apropriados para abrir debates sobre questões sociais como saúde, educação, cidadania etc. (Extensionista)*

Para Martinelli *et al.* (2003, p. 47-48), a inovação social nas suas dimensões de produto e de processo: [...] caracteriza-se por pelo menos três formas de realizações, isoladamente ou em combinação, realizadas através de alguma forma de ação coletiva, em oposição à ação individual: 1. Contribui para satisfazer necessidades humanas não consideradas/satisfeitas de outra forma; 2. Aumenta os direitos de acesso (por exemplo, através da inclusão política, políticas de redistribuição, etc.); 3. Reforça os laços de capacidade humana.

De acordo com a definição de Martinelli podemos caracterizar o programa Capital Humano Social, da Epagri, como inovação social uma vez que, para ela, o programa e os resultados podem contribuir a longo prazo para as mulheres e suas comunidades, na qual a mulher primeiro precisa se sentir empoderada e assim começar a se desenvolver,

*A partir do momento que ela acredita no seu potencial ela vai começar a desenvolver uma atividade para executar na propriedade, gerando renda ou não. Com o tempo elas costumam começar a produzir mais desses alimentos, industrializar e comercializa-los e aos poucos desenvolvem sua própria renda. (Extensionista)*

Então, é preciso primeiro construir a confiança dessas mulheres conforme a coordenadora explicou, antes de qualquer passo, e afirma ainda que esse processo é lento e o resultado distante. É muito provável que em quatro ou cinco anos de observação e participação em eventos, cursos e encontros, algumas mudanças apareçam na realidade dessas mulheres.

Recuperando as etapas do processo de inovação social pela coordenadora, a tabela abaixo demonstra como estas etapas foram executadas no programa em análise concomitantemente com os estágios que a autora Alves (2021) compreende como o processo para gerar inovação social:

Quadro 5 - Etapas da inovação social associadas aos métodos usados pela extensionista do programa

<b>Passos da Inovação Social segundo Alves (2021)</b>	<b>Descrição da extensionista</b>
1. Inspiração e diagnóstico: aquele que identifica uma	Para iniciar o trabalho no município, a extensionista começa por conhecer todas as

necessidade que precisa ser suprida ou uma questão para identificar as raízes do problema;	comunidades rurais e identificar os problemas que envolvem as mulheres agricultoras
2. Propostas e ideias: criação de novas iniciativas que podem solucionar a necessidade identificada;	Baseando-se no que foi identificado, é elaborado um projeto local (plurianual) para ser desenvolvido com as agricultoras.
3. Protótipo e piloto	É realizada então a primeira reunião em cada comunidade e, especificamente, com as mulheres agricultoras, onde começam a ser organizados todos os grupos e também os trabalhos a serem desenvolvidos nestes (planejamento).
4. Sustentação que garanta a viabilidade da solução;	Promover o desenvolvimento humano é um trabalho contínuo e moroso. As interfaces nas relações são sempre produtivas e trazem os resultados esperados
5. Escalonamento e difusão: estágio que define as estratégias para crescimento e difusão das inovações sociais;	As mulheres agricultoras, depois de tempo variável, começam a apresentar mais disposição para participar de tudo o que a cerca e/ou passam a direcionar suas vidas com mais autonomia.
6. Mudança sistêmica: etapa final da inovação social, que deve produzir e influenciar mudanças na estrutura social.	Muitas mulheres, já conseguem se ver como empreendedoras e acabam por contribuir substancialmente com a renda da família. Outras passam a se envolver inclusive em diretorias de associações de grupos, por exemplo.

Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.2. O PROGRAMA CAPITAL HUMANO E O EMPODERAMENTO FEMININO: AS VOZES DAS AGRICULTORAS

O programa desenvolvido na EPAGRI Capital Humano Social tem o objetivo de fazer com que as mulheres tenham mais acesso a tomada de decisões dentro da propriedade agrícola, que sintam-se independentes, alavancando assim a sua qualidade de vida e desenvolvimento do campo e da agricultura familiar.

Para demonstrar como isso ocorre apresentamos a seguir as entrevistas realizadas com cinco das agricultoras que são atendidas pela extensionista há cerca de 4 a 5 anos pelo programa. Nas entrevistas, as agricultoras expressam como se

sentem e como a participação no projeto impactou suas vivências, tanto no âmbito do conhecimento profissional quanto pessoal.

A partir das entrevistas, surgiram as categorias abaixo: Conhecimento no curso; Contato individual na propriedade; Relações familiares; Aspectos Financeiros; Integração social.

A categoria Conhecimento no curso se refere a perspectiva de cada uma das agricultoras sobre o seu desenvolvimento nos workshops, cursos, e oficinas que a extensionista realizou com elas. A categoria contato individual na propriedade se refere ao apoio e o desenvolvimento que a extensionista promove ao fazer as visitas de forma individual em cada uma das propriedades dos agricultores da região. A categoria relações familiares se remete a como a agricultoras veem a melhora nas suas interações familiares depois de receberem o apoio e os cursos da extensionista; Aspectos financeiros está relacionado ao impulsionamento e desenvolvimento da vida financeira dessas agricultoras, como elas veem que o programa da Epagri agregou conhecimentos em suas vidas para que a qualidade de vida financeira melhorasse. E por último a categoria interação social, trazendo mais sobre como esses assistencialismos ajudam elas nas suas interações com a comunidade e não apenas no âmbito familiar.

#### **4.2.1. Conhecimento no Curso**

Conforme a definição da ONU MULHERES (2019) o empoderamento está diretamente ligado com o acesso ao poder, o ato de dar e receber a liberdade de ter poder, significa também a liberdade de agir, de escolher, ou seja, acesso a recursos e decisões que afetam a vida do indivíduo. Uma pessoa empoderada pode aderir competências, acredita no seu próprio potencial e tem seu conhecimento e intelecto reconhecidos. Para Lara essa caracterização do empoderamento se vê ao relatar como se sente ao participar dos eventos que a extensionista promove. Ela fala que se sente mais segura ao participar, uma vez que ela aprende a se comunicar melhor.

*Hoje eu preciso falar para que o pessoal conheça o meu trabalho. Então, é quase que uma sequência de uma apresentação que a extensionista incentiva a gente a fazer nesses eventos que ela promove. Porque aqui no mercado público a gente recebe muitos turistas de fora. O pessoal quer saber do produto em si e eu tenho que contar como é produzido. Isso para a gente é muito gratificante, ter um produto da região, e alguém querer saber do teu produto. (Lara)*

A fala da Lara se conecta com a definição apresentada pela ONU de que o empoderamento é gerado pelo reconhecimento das suas competências, na qual ela define e escolhe estar ali na feira do Mercado Público expondo suas hortaliças, geleias e panificados.

Para a entrevistada Maria, os eventos promovidos pela Epagri trazem a ela o sentimento de alívio, muitas vezes elas aprendem a fazer coisas que, posteriormente, podem gerar renda. “[...] A gente aprende fazer para gerar renda. Eu gosto de participar, me sinto muito bem. E é divertido e proveitoso. ” Conta ainda que é um momento em que ela pode “[...] tirar as ideias ruins da cabeça, assim saímos da rotina de dentro de casa[...]”. Um ponto importante que a Maria lembra é que com a assistência que recebem, elas mudam a forma de trabalhar, a maneira como realizam as atividades, ressalta que “[...] Às vezes se torna mais fácil algumas coisas, mais prático ”.

Já para Laís, a intervenção da extensionista no seu dia a dia ajudou ela a aprender a reaproveitar o que antes ela descartava “[...] A gente queimava as calças jeans, antes eu botava fogo, agora eu reaproveito o jeans para costurar outras coisas”.

Juliana, diz que elas aprendem bastante coisas nesses cursos, como o manuseio de artesanatos novos. Ela explica que a extensionista junta algumas agricultoras na casa de uma delas e lá elas aprendem a fazer artesanato com o reaproveitamento de caixas de papelão, vidros decorados e artesanato com garrafa pet.

Ao indagar Sabrina sobre como ela se sente, ela diz que “[...] a extensionista é bem aberta para falar, e explicar as coisas. É bom para clarear a mente, abre um olhar diferente, para gente não ficar sempre na mesma”. Ela diz que nesses encontros aprende muitas vezes a fazer o que ela já faz em casa, mas de um jeito diferente, mais fácil e rápido. “[...] A ajuda dela facilita nossa vida. ”

A partir dos relatos apresentados, percebe-se que essas mulheres através do conhecimento que adquirem nas oficinas, encontros e cursos, se sentem mais encorajadas e capazes. Sentem que as mediadoras do evento confiam na entrega delas, indiferente do curso em questão, seja de compotas de geleias, ou artesanato com reciclados. Isso corrobora com a fala de Costa (2004) quando diz que o empoderamento vem por meio do controle da sua própria vida, conforme as agricultoras contam, que agora se sentem mais donas dos seus destinos, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

Em suas narrativas, as entrevistadas mencionam esse desenvolvimento e controle de suas necessidades individuais por meio dos cursos propostos pela extensionista. Ao serem questionadas se sentem que as atividades da extensionista interferem no seu crescimento pessoal e profissional, Lara responde “[...] Com certeza, você se sente mais segura, valorizada, mais empoderada. Porque cada evento é um aprendizado. Estou sempre mais segura, mais valorizada, mais capaz, mais tudo!”

Ilustrando um pouco mais, Lara contou um episódio de um dos eventos que participou:

*Este último evento da Mulher Agricultora teve várias palestras e alguns depoimentos das agricultoras, inclusive eu dei um depoimento lá, contando um pouco da minha história, mesmo com a pressão de subir no palco e falar na frente de todo mundo sobre a minha história. A extensionista me incentivou muito a falar, me disse que a minha história é importante para trazer inspiração para as outras mulheres. (Lara)*

As entrevistadas concordam que nos cursos e demonstrações muitas vezes a extensionista coloca “[...] A mão na massa, na prática mesmo. No curso “dia de campo”, tivemos que arrancar feijão porque elas foram para o campo arrancar e quebraram o milho, elas vão para a prática também e não ficam só no escritório.” Lara afirma que assim ela vê o interesse da extensionista em ajudar, não apenas as mulheres, mas o desenvolvimento da comunidade toda.

#### **4.2.2. Contato Individual na Propriedade**

Muitas das atividades da extensionista envolvem visitas nas propriedades das famílias locais, nessas visitas são realizadas conversas sobre o cotidiano da família e ali elas entendem as necessidades particulares de cada família. De acordo com esse diagnóstico, a extensionista leva o conhecimento técnico para a propriedade de como realizar as atividades, seja no cultivo de hortaliças para consumo próprio ou para a venda, ou na instrução para construção de um espaço adequado para a industrialização de alimentos, como panificados ou geleias com as recomendações da vigilância sanitária, até mesmo poços artesianos para que essas famílias tenham acesso a água potável, entre outros tipos de assistências que elas entendem necessárias. Essas práticas se conectam com a fala de Kleba e Wendausen (2009, p.735), quando explicam que o empoderamento é um processo de práticas e mobilizações que promovem e impulsionam a melhoria das condições de vida de comunidades e grupos, aumentando sua autonomia. Vê-se no programa das

extensionista essas características uma vez que o intuito é a promoção e a integração dos excluídos. As autoras falam também que o empoderamento é um processo que contribui para organizá-las, ao atenderem elas individualmente através de projetos e ações de cunho assistencial visando entender as necessidades únicas de cada indivíduo.

A extensionista aplica essas assistências na prática, ajudando na melhoria da qualidade de vida dessas agricultoras, mostrando a elas as possibilidades de acertos e, muitas vezes, até os riscos que podem ocorrer. Tal relato é contemplado no depoimento de Sabrina que ressalta:

*[...] Uma vez eu tive a ideia de fazer uma casa para a produção de queijo, mas precisava de uma casa destinada à produção e assim, poder regulamentar com as demandas da vigilância, mas a extensionista me disse que não valia a pena fazer essa casa, que os maquinário e a estrutura ia sair mais caro do que o valor que eu ia vender o queijo, e valia mais fazer os panificados, além do que eu não tenho ajuda de outras pessoas, logo eu ia passar anos pagando a casa de queijo e trabalhando sozinha (Sabrina).*

Todas as entrevistas relataram que essas assistências individuais da extensionista da Epagri melhorou a qualidade de vida delas, uma vez que elas ajudam no processo de tomada de decisão e trazem ideias e suporte para o desenvolvimento da vida dessas mulheres, tanto por meio de eventos e cursos quanto por visitas individuais nas suas propriedades.

Para Maria a extensionista está sempre disponível para ajudar, tanto com a burocracia, às vezes necessária, quanto para ajudas técnicas na propriedade. “[...]. Quando a gente precisa ligar para ela, ela sempre ajuda. ” Ressalta ainda que desde que conheceu a extensionista passou a cultivar uma maior variedade de hortaliças.

*[...] A extensionista ajudou falando para plantar uma variedade de hortaliças, para não ficar só com um cultivo, já que plantávamos só alface, e pastagem para o gado, mas agora a gente colhe uma alface, repolho, brócolis.... Foi uma ajuda bem boa.*

Esses depoimentos vão ao encontro de alguns pontos que são destacados por Antonello e Andreola (2019) que afirmam que o caminho que leva uma mulher a ser mais forte e empoderada está relacionado a melhoria do seu conhecimento profissional que, neste caso, é adquirido nos cursos que elas participam. Antonello e Andreola (2019) trazem também a questão da segurança e bem-estar como fatores que impulsionam o empoderamento, sendo esses fatores visto no discurso de todas as agricultoras, quando relatam que se sentem bem e seguras ao participar dos cursos, que são valorizadas e sua capacidade intelectual é reconhecida nesses meios.

E sentem que a extensionista as apoiam ao irem em suas casas. Laís fala o quanto lhe faz bem receber essas visitas, que gera o sentimento de pertencimento e de importância “[...] Sim, é sempre bom quando elas vem e lembram da gente, a gente passa o dia todo sozinha aqui, e receber elas e conversar areja a cabeça da gente. ”

### 4.2.3. Relações Familiares

O empoderamento de mulheres é entendido como um processo que conquista a autonomia e autoconfiança, para Sardenberg (2009), afirma ainda que o empoderamento das mulheres significa liberdade sobre suas decisões. A maioria das entrevistadas mostraram essas características de libertação e um desenvolvimento de melhor autonomia nas relações familiares em seus relatos. Maria traz no seu depoimento que a ajuda da extensionista mudou algumas das dinâmicas em família.

*Antes eu pensava, mas eu não falava com meu marido, sabe? E aí abriu um leque em que eu disse: Vou ter que tomar peito. Não é do jeito que ele está pensando que é, porque ele nunca trabalhou em roça e eu desde criança trabalhei, né? Então agora eu tomo a maior parte do controle financeiro da família. Eu preciso primeiro ver o que vai ser, eu analiso de o início ao fim para gente resolver o problema, sou mais analista, detalhista, metódica. Tem que ser do jeito que eu planejo. Tanto dentro de casa quanto na lavoura (Maria).*

Concomitantemente com o relato de Maria, Laís fala da sua melhora em suas dinâmicas familiares e tomada de decisão dentro de casa depois do contato com a extensionista, relata que agora se sente mais livre para expressar a sua opinião e se sente mais escutada:

*Eu decido mais agora, eu decidia bem menos antes. A gente tinha medo de pedir as coisas para o marido, de fazer ou não fazer. Agora eu me sinto mais segura para falar. Agora eu consigo conversar e decidir junto com ele. Foi muito bom, e eu espero que seja bem melhor ainda, as vezes as conversas com os filhos não dão certo, mas espero que melhore. Mas está bem melhor do que já foi. (Laís)*

Ainda nesta perspectiva, a agricultora e empreendedora Lara acrescenta falando que depois da ajuda da extensionista as tomadas de decisão mudaram bastante:

*[...] Eu dependia muito do meu marido e tinha medo de fazer alguma coisa errada. Tinha que perguntar para ele. Hoje, não. Hoje, a maioria das decisões eu já consigo tomar sozinha. (Lara)*

Fala ainda do trabalho e do apoio que a extensionista tem encorajado ela “[...] A extensionista sempre me diz, “você é diferente, você não é quem você era. Você já conquistou várias coisas. Hoje, você não depende disso”. O depoimento vai além

afirmando que elas a incentivam “[...] Às vezes que eu digo eu não posso, eu não sei, eu não quero. Ela diz “ Você sabe, sim, você é que não quer. ” Aí elas dão aquele empurrãozinho e a gente cria mais coragem.

A partir dos depoimentos apresentados, observa-se que o empoderamento é gerado de acordo com a definição de (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008, p. 2). Do qual dizem que o empoderamento da mulher representa um “desafio às relações patriarcais garantindo a elas autonomia, o seu direito de ir e vir, bem como um repúdio à violência, ao abandono e às decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. ” Como observado pelos depoimentos das agricultoras essas características do empoderamento geram o sentimento de liberdade na tomada de decisão, assim como a autoconfiança para expressar o que pensa nessa dinâmica marido-mulher.

#### **4.2.4. Aspectos Financeiros**

A atuação da mulher agricultora na renda da família é velada e invisibilizada, uma vez que o trabalho na roça, a confecção de artesanato para venda e a produção de alimentos e bebidas são vistos como uma extensão do trabalho doméstico, que historicamente é visto como uma atividade mundana. Nesse caminho, essas atividades exercidas pelas agricultoras não são percebidas como trabalho produtivo. Com jornadas de trabalho exaustivas, além dos afazeres da casa, “atuam diretamente na mão de obra dos trabalhos manuais hortifrutigranjeiros, e ambos, não são vistos como trabalho produtivo. Elas atuam diretamente para a renda e sustento tanto quanto os maridos” (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019, p. 74).

Sabrina conta que não acreditava que a produção de panificados poderia trazer grandes mudanças na sua renda familiar, que teria que investir muito dinheiro para atender as demandas da vigilância sanitária, conta que com a ajuda das extensionista ela percebeu que poderia fornecer os panificados nas barraquinhas da feira no centro da cidade. Ela conta que começou a produção na sua própria cozinha, mas sempre insatisfeita com o ambiente e a quantidade produzida.

*Logo eu tive a visita da extensionista da EPAGRI e ela me deu a ideia que eu podia mudar e não ficar na cozinha da casa, fazer uma cozinha separada própria para os panificados. Na verdade, eu não tomei a decisão sozinha. No começo eu tinha dúvidas e receios, mas ela me aconselhou a mudar minha lavanderia lá para fora e reformar a que eu tinha dentro de casa e assim produzir os meus panificados de forma regulamentada. Já que nós precisamos da autorização da vigilância e para isso há várias regras para*

*cozinha de produção e não pode ser a mesma cozinha da casa com a família toda. Então agora eu tenho a cozinha só para os panificados e tenho autorização da vigilância". Eu consegui pagar todas as nossas dívidas. Depois da ajuda da extensionista, a minha renda aumentou muito. (Sabrina)*

Já para Maria a solução ainda está por vir, ela tem interesse em voltar a produzir os panificados, mas para isso ela teria que fazer uma cozinha de produção separada da casa, com toda a regulamentação da vigilância e assim poder fornecer nas feiras da cidade e até mesmo para a prefeitura disponibilizar nas merendas das escolas. Ela diz:

*Nós fazíamos pão para o programa da prefeitura, queria que voltasse essa entrega para a prefeitura, que era uma coisa que tirava um sustento bem bom. Na época, nós conseguimos fazer. E essa época foi uma renda bem boa para nós. (Maria)*

Maria conta que hoje ela entende que pode gerar renda relevante com a sua produção em casa. Mas que não se sente apoiada pela família, o maior entrave para ela são as atividades de limpeza da casa e preparo das refeições, que ela não recebe ajuda então tem que fazer tudo sozinha.

*A extensionista veio aqui e me mostrou que eu posso fazer a cozinha ali atrás numa parte que eu não uso da casa, e que assim eu consigo melhorar a nossa renda aqui de casa, né? (Maria)*

Fernandes *et al.* (2016) trazem o empreendedorismo como uma fonte de empoderamento econômico feminino, uma vez que amplia a renda e melhora o grau de instrução e transformações familiares. Esse conceito vai de encontro com a história de Lara sobre como começou a sua independência financeira.

Quando questionadas sobre os planos futuros, Lara diz que está tentando reduzir as atividades rurais. Sua participação no programa já dura mais de sete anos, ela conta que tudo começou quando ela se mudou para a cidade depois de ter ganhado a terra onde reside no assentamento. Com o passar do tempo Lara foi aprendendo a cultivar, plantar e vender hortaliças, conta que não tinha nenhum conhecimento prévio sobre essas atividades antes de chegar ali, mas que o apoio da Epagri tinha a ensinado o plantio, com o passar do tempo Lara foi vendo a oportunidade de fazer uma feira de hortaliças no centinho da cidade, a sua demanda aumentou assim como a produção, chamou algumas conhecidas para participarem da feira também e a extensionista incentivou e a ajudou a conseguir o certificado de produtos orgânicos.

Hoje, a agricultora atende no mercado público de Lages, a cidade vizinha que tem uma maior infraestrutura, no entanto o deslocamento, o trabalho na lavoura e a

produção de panificados tem sobrecarregado Lara, e agora ela visa trabalhar apenas na administração da feira do mercado público, trazendo os produtos dos agricultores da região dela para vender no centro da cidade.

Entende-se que com apoio constante, de anos, a agricultora pode não apenas melhorar a sua qualidade de vida, mas da comunidade como um todo, além disso visar seu crescimento profissional a longo prazo. Ou seja, as conquistas vêm aumentando e elas tendem a repensar seu estilo de vida e as estratégias dos seus negócios em função da sobrecarga de trabalho.

*[...] A partir do momento que me responsabilizo pelo espaço aqui no Mercado público, eu fiquei muito sobrecarregada de trabalho. A ideia é me especializar na comercialização e na administração do negócio. (Lara)*

A trajetória de Lara se conecta também com a fala de Hanzen (2021) quando salienta que a luta diária para conseguir a melhora no seu poder de compra, buscando a independência financeira, torna a mulher mais empoderada no meio rural, o que conseqüentemente gera um futuro mais igualitário para as agricultoras e para a agricultora familiar. Hanzen salienta também que há de ser trabalhado a conquista da independência social e pessoal, sobretudo no âmbito coletivo.

Esses relatos mostram a importância da independência financeira para a mulher, uma vez que ao impulsionar ela a comunidade inteira ao seu redor é beneficiada também, trazendo cada vez mais autonomia e mudanças positivas na sua autoconfiança e conseqüentemente nas suas relações interpessoais e profissionais.

#### **4.2.5. Integração Social**

A socialização e as relações sociais são ferramentas mediadoras para o empoderamento que conforme as autoras Kleba e Wendausen (2009) enfatizam, os espaços de participação constituem estruturas mediadoras no processo de empoderamento, trazendo a superação de conflitos e a ressignificação das relações interpessoais, possibilitando a ressignificação dos papéis desses indivíduos dentro dessas relações e dos sentidos da repercussão na vida cotidiana. A importância dessas interações sociais traz a força e o sentimento de pertencer ao grupo, e assim a segurança de que não estão sozinhas uma vez que essa configuração gera apoio por meio das trocas de experiências e as conexões afetivas geradas.

Como todas as entrevistadas participam dos encontros e eventos promovidos pela extensionista, elas relatam o sentimento de bem-estar durante os eventos,

ênfatizam o quanto se sentem “aliviadas” ou recarregadas ao darem um tempo dos afazeres domésticos e se concentrarem nas atividades promovidas pela extensionista. Outro ponto em comum é o fato de todas se sentirem bem e confortáveis por estarem entre outras mulheres, pelo fato de poderem confraternizar, trocar experiências e aprenderem umas com as outras no coletivo.

As autoras Kleba e Wendausen (2009, p. 736) sublinham que o sentimento de pertencimento aumenta o poder de autonomia pessoal através das relações no coletivo, frisam que o processo de empoderamento é dinâmico envolvendo aspectos cognitivos e afetivos uma vez que há o reconhecimento dentro do grupo, o sentimento de representatividade.

Conforme relatado pela Juliana no seu depoimento:

*Na primeira vez que me chamaram para o evento, eu sentia dificuldade porque tem os afazeres dentro de casa. Daí eu comecei a analisar a minha vida não é só ficar aqui dentro de casa, se tem oportunidade, vamos sair. Agora eu sou mais decidida. Eu acho que antes do projeto eu saia menos de casa, agora eu vou mais em eventos promovidos por elas.*

Juliana também relata o seu bem-estar nos eventos em função das “[...] conversas com todas as outras mulheres. É difícil a gente sair de casa e quando ficam todas juntas a gente pode conversar e conhecer mais mulheres. Quando eu estou lá, me sinto segura.” Afirma que se sente bem nos eventos já que aprende coisas novas e pode compartilhar com outras mulheres um momento de confraternização. “[...] Daí a gente sai quando tem os eventos, a gente já fica mais aberta. Já que a gente não fica só dentro de casa. A mente da gente fica mais aberta.”

Laís ressalta as atividades promovidas nesses encontros como as gincanas ao iniciar os eventos para que todos possam se apresentar e se conhecer um pouco mais “[...] A gente costuma ser muito fechada em público. E lá eu consegui me comunicar mais e me envolver mais.”

*Eu sinto muito bem. Que a gente está lá com pessoas que a gente não conhece, então podemos conhecer pessoas novas, E eles fazem brincadeira a gente sai da rotina de casa. É muito bom. Esse de São Joaquim foi o meu primeiro encontro fora de Correia Pinto e foi muito bom. O carro da prefeitura leva a gente, e são dois dias de evento, a gente dorme num hotel. E vão ter mais encontros, está bem legal. (Laís)*

O depoimento de Laís vai de encontro com a fala de Lima *et al.*, (2022) que afirma que o empoderamento é fomentado quando há a possibilidade de autonomia, não apenas acesso à renda, mas também a possibilidades de crescimento pessoal, e o direito ao lazer.

Ao ser questionada sobre gostar de participar dos eventos, Maria diz que gosta de conversar com as amigas, gosta das trocas de experiências e ter outros estímulos que os eventos trazem fora da sua rotina.

*Uma fala de uma coisa e aprende a fazer outras e vai tirando vivências. Depois que a minha mãe morreu, me faz muito bem ir a esses eventos porque me ajuda a esquecer a tristeza e trocar de ares. Começamos a conversar e vai tirando essas preocupações da cabeça, e penso que estou lá para fazer o curso. Nós ficamos mais próxima das mulheres da comunidade. Porque a gente vai aprendendo coisas diferente e vendo pessoas diferentes, projetos diferentes, tudo vai mudando e inovando. Não fica na mesmice. A gente vai evoluindo (Maria).*

Sabrina enfatiza a dinâmica da extensionista, “[...]. As extensionista são muito boas para fazer a gente ampliar os horizontes”. Ela acha importante esse compartilhamento de experiências com as outras mulheres que vivem uma realidade semelhante à sua. “[...] A gente compara como cada uma faz na sua casa”.

Para Lara os eventos com mulheres trazem mais segurança, acostumada a ir em eventos com homens também, afirma que quando são apenas mulheres ela se sente mais tranquila, já que tem mais afinidade.

*[...] Tem muitos eventos e cursos que os homens também participam, e é positivo porque a gente aprende e se aproxima mais deles, mas os cursos com as mulheres eu me sinto mais segura para dar opinião também e falar e você quer falar e errar. (Lara)*

Todos esses relatos demonstram e reforçam a importância da formação de rede coletiva para o fortalecimento entre as mulheres, que nessa situação são isoladas pelas distâncias geográficas de outras propriedades. Logo essa facilitação promovida pela extensionista nesses encontros, reuniões, ou oficinas possibilita um lugar de afinidade que são compartilhadas, a criação de vínculos, de laços e afeto entre essas mulheres, trazendo apoio e segurança, além de lazer e confraternização.

Sendo assim, o programa exercido na cidade de Corria Pinto atinge seu objetivo de promoção de autoconhecimento dos indivíduos no meio rural, e exercita a autoconfiança, a promoção de ações que valorizem aspectos socioculturais das famílias, e o fortalecimento de redes das comunidades de cooperação e associativismo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme este estudo apresenta, sabe-se que a agricultura familiar brasileira tem uma importância singular na produção de alimentos. Apresentando 40% do valor

bruto, e 70% na contribuição da mão-de-obra no meio rural, não menos importante tem um papel fundamental para o PIB do país, representando 10% do mesmo (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019).

Tendo isso em vista, o papel das mulheres na agricultura familiar é de suma importância uma vez que elas atuam ativamente nos trabalhos manuais hortifrutigranjeiros e nos afazeres de casa, cujo ambos não vistos como trabalho produtivo remunerado. No entanto, essa falta de reconhecimento pode limitar o avanço para a qualidade de vida dessas pessoas, não apenas por essa sobrecarga de trabalhos exaustivos, como também pela falta de autoconfiança para fazer desse meio uma forma de geração de renda e melhora nas relações interpessoais e familiares. A inovação social cumpre esse papel como mediadora para a mudança nessa realidade, uma vez que atua nas necessidades coletivas de um grupo específico que compartilham de um mesmo problema social, nesse caso a desigualdade de gênero.

O presente trabalho de conclusão de curso atingiu seu objetivo ao descrever o programa de capital humano desenvolvido pela EPAGRI SC caracterizá-lo como uma inovação social. A empresa trabalha em nove frentes de programas: Aquicultura e Pesca; Fruticultura; Gestão e mercados; Grãos; Olericultura; Pecuária; Gestão e Desenvolvimento Institucional; Capital Humano e Social; Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental. A instituição objetiva ampliar oportunidades para que as comunidades rurais conheçam melhor e exercitem a autoconfiança, a cogestão e a cidadania em processos nos quais estejam inseridos; estimular ações que contribuam com a segurança alimentar e nutricional prioritariamente em base agroecologia ou em transição; socializar ações de educação e saneamento ambiental e tecnologias sociais de baixo custo. Também, promove ações que valorizem aspectos socioculturais das famílias; ações de organização e fortalecimento de redes de cooperação e associativismo.

Para tal, efetiva uma série de ações dentro da comunidade rural, como o programa Capital Humano Social que visa atender as necessidades da família nas áreas de alimentação de subsistência, educação ambiental e organização de grupos, que se caracteriza pela realização de várias metodologias como: reuniões, treinamentos, cursos, palestras e oficinas realizadas pelas extensionistas de cada município, as quais realizam visitas de acompanhamento in loco com o intuito de sanar

dúvidas e observar dificuldades e avanços da propriedade e dos agricultores envolvidos no programa.

O objetivo deste trabalho foi caracterizar o programa Capital Humano da EPAGRI como uma inovação social que contribui para o empoderamento da mulher agricultora. Para isso, descreve-se como o programa influencia a história de vida de mulheres que dele participam. Para muitas delas a única maneira de se conectarem com outras mulheres agricultoras é através da metodologia desenvolvida no programa. Portanto, conclui-se que o programa e seus resultados podem contribuir a longo prazo para as mulheres e suas comunidades, na qual a mulher primeiro precisa se sentir empoderada e assim começar a se desenvolver. A partir do momento que ela acredita no seu potencial começa a desenvolver atividades para executar na propriedade. Com o passar do tempo começam a aumentar sua produção e passam a industrializá-los e comercializá-los e aos poucos desenvolvem sua própria renda.

Analisa-se também como o programa Capital Humano/EPAGRI contribui para o empoderamento de mulheres agricultoras nas tomadas de decisões tanto na propriedade, na sociedade e no convívio familiar. Verificou-se que as agricultoras, ao relatarem como se sentem ao participar do programa e como isso interfere no seu cotidiano, afirmam sentir-se mais seguras e que aprenderam a se

comunicar melhor. Uma delas, que trabalha no mercado público de Lages, ao falar com seus clientes sobre o conhecimento que possui do seu trabalho, inclusive alguns turistas, conta como é o processo produtivo do mesmo. Para essa agricultora, é muito gratificante ter um produto seu ou da região sendo oferecido no mercado, e alguém querer saber sobre o mesmo.

As entrevistadas relataram ainda que os eventos promovidos pela Epagri trazem um sentimento de alívio, visto que muitos dos aprendizados é a confecção de artesanatos ou alimentos e bebidas que, posteriormente, podem gerar renda. Segundo elas, os eventos são divertidos e proveitosos, além de serem oportunidades para ter novas ideias sair da rotina de dentro de casa. Com a assistência recebida, elas relatam a mudança na forma de trabalhar, a maneira como realizam as atividades, ressaltando que algumas coisas se tornam mais fáceis e práticas.

A partir dos relatos apresentados, percebe-se que essas mulheres através do conhecimento que adquirem nas oficinas e cursos, elas se sentem livres, felizes, com mais conhecimento e empoderadas. O processo de empoderamento é o meio pelo qual as pessoas, e as comunidades tomam controle da sua própria vida. Conforme

as agricultoras contam acima, agora elas se sentem mais donas dos seus destinos, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

Neste contexto, o trabalho permitiu concluir, a partir do aporte bibliográfico e das falas das agricultoras que, ao menos dentro do contexto em que essa pesquisa foi aplicada, o objetivo da Epagri em gerar empoderamento é alcançado por meio de uma série de atividades e encontros que as extensionistas promovem, tanto dentro da propriedade dessas mulheres quanto em oficinas das quais elas tem encontros e compartilham suas histórias entre as agricultoras, qualificando assim essas atividades como inovação social.

As mulheres entrevistadas para esta pesquisa demonstram que ao participarem dos eventos promovidos pela extensionista sentem-se mais acolhidas, seguras, incluídas nas rodas de mulheres, gerando a noção de pertencimento do grupo e da comunidade como um todo, trazendo mais inspiração entre elas e mais coragem para promover a melhora na qualidade de vida, tanto em quesitos financeiros como melhora nas relações familiares.

Embora o trabalho não permita concluir, pode-se inferir que parte do sucesso do programa na cidade de Correia Pinto deve ser conectado com o fato de serem mulheres as principais promotoras do programa Capital Humano Social na região, gerando assim mais empatia e mais sororidade, uma vez que com essas perspectivas, as extensionistas entendem a linguagem que deve ser abordada para que a mensagem chegue a essas mulheres, e assim aumentar a autoconfiança e autoestima dessas agricultoras.

Há evidências na pesquisa que sugerem que a cultura dominada por homens nesta comunidade inicialmente dissuadiu o empoderamento doméstico e político das mulheres, mas a inovação social focada no desenvolvimento de novos mecanismos participativos está mudando essa situação.

Todos esses processos vistos nesta pesquisa sobre como gerar empoderamento e dar voz e espaço para essas mulheres, isso não foi sempre assim. Historicamente, a coordenadora relata que tinha dificuldades em ter recursos e apoio da organização para realizar atividades especificamente para impulsionar a mulher agricultora. Ela afirma que foi um processo longo e árduo para conseguir tais recursos, mas que com o passar dos anos a gerência regional da EPAGRI conseguiu entender a relevância desse assunto e estimular a melhora na qualidade de vida dessas mulheres.

Sendo um estudo de caso, as conclusões apontadas não podem ser generalizadas para outras situações. No entanto, a pesquisa sugere continuidade em direções como aumentar a amostra de entrevistadas, identificar se programas similares desenvolvidos em outros municípios também geram empoderamento feminino por meio de inovação social, e ainda estudos que comparem os resultados alcançados em programas coordenados por homens e programas coordenados por mulheres.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. **Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: avanços e desafios**. Brasil: Organização Internacional do Trabalho; Escritório no Brasil, 2010. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms\\_229333.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_229333.pdf). Acesso em: 30 mar. 2022.
- AEVO (ed.). **INOVAÇÃO SOCIAL: o que é, conceito e como começar**. 2022. Disponível em: <https://blog.aevo.com.br/inovacao-social/>. Acesso em: 28 abril 2022.
- ALVES, Rafaela de Araújo. **Gogirl: uma proposta de aplicativo para mulheres que viajam sozinhas**. 2021. 76f. Monografia de Bacharelado em Turismo da Universidade de Brasília – UnB. Brasília. 2021.
- ALVES, Sandra Maria Campos; OLIVEIRA, Gisélia Batista de. (2020). As Contribuições de Paulo Freire para o Empoderamento Feminino no Campo. **Research, Society and Development**, 9, (6), 1-13. 2020.
- AMARAL, Melissa Ribeiro do. **Empoderamento da mulher empreendedora: Uma abordagem visando o enfrentamento de barreiras**. 2019. 199f. Dissertação de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2019.
- ANTONELLO, G. G. G.; ANDREOLA, M. T. Empoderamento Feminino. AMF. 2019.
- BARBOSA, A. B. A.; *et al.* Empoderamento feminino na indústria de joias. **Projética Londrina**, v. 10, n. 2, p. 121-136, 2019.
- BISWAS, C. Women Empowerment in India. In: NEOGI, C.; BHANDARI, A.; GHOSH, S. (eds). **Women's Entrepreneurship and Microfinance**. Singapore: Springer, 2017. p. 3-16. 2017.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80.
- BOTELHO, L. L. R. **Ascensão Profissional de Executivas em Empresas Baseadas no Conhecimento**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008
- BRUMER, A.; DOS ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 6-17, 2008.

Cajaiba-Santana, G. (2014) Social Innovation: Moving the Field Forward. A Conceptual Framework. **Technological Forecasting and Social Change**, 82, 42-51.

CENSO agropecuário 2017: manual do recenseador - CA 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 148 p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc5537.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf) . Acesso em: Jun. 2022.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

COUGHLIN, Jeanne Halladay; THOMAS, Andrew R.. **The Rise of Women Entrepreneurs: people, processes, and global trends**. Usa: Quorum Books, 2002.

MUNTEAN, Susan Clark. Wind beneath my wings: policies promoting high-growth oriented women entrepreneurs. *International Journal of Gender and Entrepreneurship*, 5(1), 36-59. 2013

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. A química das mulheres. Salvador, março, 2004.

CUNHA, M. I. Aprendizagens significativas na formação inicial de professores: um estudo no espaço dos Cursos de Licenciatura, *Interface \_ Comunic, Saúde, Educ*, v.5, n.9, p.103-116, 2001.

EPAGRI. **Balanco Social 2020**. Florianópolis, 2020 32p. Disponível em: [http://docweb.epagri.sc.gov.br/pub/DOC\\_48772.pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/pub/DOC_48772.pdf). Acesso em: 31 maio 2022.

EPAGRI. **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/a-epagri/quem-somos/>. Acesso em: 30 maio 2022.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The state of food and agriculture: women in agriculture: closing the gender gap for development**. 2011. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i2050e/i2082e00.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **FAO lança quarta edição da campanha "Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos**. [S.l.]: FAO, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1184620/>. Acesso em: abr. 2022.

FERNANDES, T. D. S.; LOPES, G. S. C.; WATANABE, M.; YAMAGUCHI, C. K.; GODOI, C. K. Dimensões do Empoderamento Feminino: Autonomia ou Dependência?. **Revista Alcance**, v. 23, n. 3, p. 391-413, 2016.

GUARALDO, Maria Clara. **Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais**. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais>. Acesso em: 26 mar. 2022.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório Executivo 2017. [S. l.]: 2018. Disponível em: [http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatório%20Executivo%20BRASIL\\_web.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatório%20Executivo%20BRASIL_web.pdf). Acesso em: abr. 2022..

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GLICK, P., & FISKE, S. T. (1996). **The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism**. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491–512. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.3.491>

HANZEN, Márcia. **Raiz de roça**: empoderamento feminino e capital social na agricultura familiar. 2021. 208f. Dissertação de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Candido Rondon-PR. 2021.

HERRERA, K.M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. **Anais**. Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013.

HOWALDT, Jürgen; SCHWARZ, Michael. **Social Innovation**: Concepts, research fields and international trends. Sozialforschungsstelle Dortmund, 2010.

IATA, Cristiane Mitsuê. **Liderança feminina**: a experiência de mulheres que se tornaram líderes em empresas de base tecnológica. 2020. 210f. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatística de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2 ed. n. 38, 2021.

JULIANI, Douglas. Inovação social: uma revisão sistemática da literatura. In: **Anais do X Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. 2014. p. 1-20.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e sociedade**. v.18, n.4, p.733-743, 2009.

LIMA, Jussara Maria *et al.* Empreendedorismo como aporte para o empoderamento econômico feminino. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/13462> Acesso em abr. 2022.

MAGESTE, Gizelle de Souza; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. (2008). Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. **V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEO548.pdf>. Acesso em abr. 2022.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MARTINELLI F.; MOULAERT F.; SWYNGEDOUW E.; AILENEI O. **Social innovation, governance and community building** – Singocom - scientific periodic progress report month 18. 2003.

MASCARENHAS, S. A. (Org.) **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2012.

MEDEIROS, Carolina Beltrão de *et al.* Inovação Social e Empreendedorismo Social: uma análise sob a perspectiva da economia solidária. In: Encontro internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente, 18., 2016, São Paulo. Anais [...] . São Paulo: Engema, 2016. p. 1-14. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/132.pdf>. Acesso em: Março. 2022.

MEUS, Albina Graciéla Aguiar; ETHUR, Luciana Zago. **O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar**. Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, Paraná - Brasil. v. 17, e2117327, p. 01-14, 2021. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/17327> Acesso em abr. 2022.

MICHELS, Juliana Pereira. **O caso do programa mulheres sim do IFSC**. 2018. 123 f. Tese (Mestrado) - Curso de Administração, Unisul, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/2938>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MINAYO, M. C. de S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1994.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, Marines Rute de; VILACA, Antonia; CORREIO, Lidiane Maciel Mufatto. Agricultura Familiar: Reflexões Sobre Gênero. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, Vol. 9 n.1, p.52-76, jan-jun. 2019.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo, Pioneira, 1997

ONU. **Mulheres Rurais**, 2019. Disponível em: [onumulheres.org.br/noticias/mulheresrurais-mulheres-com-direitos-retorna-com-novos-parceiros-e-atividades/](http://onumulheres.org.br/noticias/mulheresrurais-mulheres-com-direitos-retorna-com-novos-parceiros-e-atividades/). Acesso em abr. 2022.

ONU. **Princípios do empoderamento das mulheres**, 2020. Disponível em: [relatoriosdinamicos.com.br/mulheres/7-principios-empoderamento-mulheres](http://relatoriosdinamicos.com.br/mulheres/7-principios-empoderamento-mulheres). Acesso em abr. 2022.

ONUMulheres. **Princípios do empoderamento das mulheres**, 2017. Disponível em: [sinapse.gife.org.br/download/principios-de-empoderamento-das-mulheres](http://sinapse.gife.org.br/download/principios-de-empoderamento-das-mulheres). Acesso em abr. 2022.

PHILLS JUNIOR, James A.; DEIGLMEIER, Kriss; MILLER, Dale T.. Rediscovering Social Innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Califórnia, v. 2, n. 1, p. 34-43, nov. 2008. Disponível em: [https://ssir.org/articles/entry/rediscovering\\_social\\_innovation#](https://ssir.org/articles/entry/rediscovering_social_innovation#). Acesso em: 28 abril. 2022.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2019-report/download>. Acesso em: abr. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar de Freitas. Metodologia do Trabalho Científico [ recurso eletrônico]: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

REIS, Gabriela Carneiro; PARANHOS, Márcia Cristina Moreira. **Decolonialidade, Moda e Inovação Social**. 2021. Disponível em: [http://izabelahendrix.edu.br/pesquisa/anais/DecolonialidadeModaeInovaoSocial\\_GabrielaReis\\_MrciaParanhos.docx.pdf](http://izabelahendrix.edu.br/pesquisa/anais/DecolonialidadeModaeInovaoSocial_GabrielaReis_MrciaParanhos.docx.pdf) Acesso em abr. 2022.

RODRIGUES, Helder Epifane, **Empreendedorismo feminino no meio rural paraense**: estudo com agricultoras familiares em municípios do baixo Tocantins. 2020. 82f. Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural da Amazônia, do curso de Mestrado em Agronomia. Belém-PA. 2020.

SAMUEL, L. **O Contributo do Empreendedorismo Feminino no Empoderamento Socioeconômico da Mulher**, estudo de caso (pemba, moçambique). 2014. Disponível em: <http://reid.ucm.ac.mz/index.php/reid/article/view/26>. Acesso em abr. 2022.

SANTOS, Jordan Brasil dos; BOHN, Liana; ALMEIDA, Helberte João França. O papel da mulher na agricultura familiar de concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-27, jan./jul., 2020.

SANTOS, Maria Madalena dos; FONSECA, Maria Helena da; FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes. **Empoderamento feminino e o desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho em áreas majoritariamente masculinas**. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210504839.pdf> Acesso em abr. 2022.

SARDENBERG, Cecilia M. B. **Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective**. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, July 2009.

SEBRAE - Relatório especial - Empreendedorismo Feminino no Brasil. 2018. Disponível em: [https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Empreendedorismo-Feminino-no-Brasil-2019\\_v5.pdf](https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Empreendedorismo-Feminino-no-Brasil-2019_v5.pdf). Acesso em abr. 2022.

SEBRAE. **Relatório Especial Empreendedorismo Feminino no Brasil**. 2019. Disponível em: [https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Empreendedorismo-Feminino-no-Brasil-2019\\_v5.pdf](https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Empreendedorismo-Feminino-no-Brasil-2019_v5.pdf). Acesso em: abr. 2022.

SIMON, Vanessa Pereira. Trajetórias fenonômicas e empoderamento: histórias de vida de mulheres na economia social e solidária catarinense. Tese de doutorado em administração. Programa de Pós-graduação em Administração da UFSC. Florianópolis, 2015. 289p.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de; SARDENBERG, Cecilia M. B. **Empoderamento de Mulheres Agricultoras: Possibilidades e Limites de um Projeto de Desenvolvimento Rural no Semiárido Baiano**. Salvador: Bahia, 2014.

TORREÃO, N. A liderança feminina no desenvolvimento sustentável. **Revista Artémis**, João Pessoa, v. 7, p. 101-121, dez. 2007.

VALARES, Nice Vânia Machado Rodrigues; SOUZA, José Batista de; CARVALHO, Tainah dos Santos. Uma análise crítico-discursiva acerca do empoderamento feminino na canção "Eu sou problema meu" à luz da sequência didática de Rildo Cosson. 2021. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, e49410515196, 2021.

Vázquez Maguirre, M, Camacho, G & de la Torre, CG 2016, 'Women empowerment through social innovation in indigenous social enterprises', **Revista de Administração Mackenzie**, vol. 17, no. 6, pp. 164-190.

World Economic Forum (org.). **The Global Gender Gap Report 2020**. 2020. Disponível em: <https://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2020/>. Acesso em: 20 abr. 2022.